

---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E  
TECNOLOGIAS  
(TECNOLOGIAS NAS DINÂMICAS CORPORAIS)**

---

**E-GOV E AS POLÍTICAS DE LAZER: ANÁLISE DOS PROJETOS DA REDE CEDES –  
MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**CRISTIANE NAOMI KAWAGUTI**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias.

**Abril - 2013**

**CRISTIANE NAOMI KAWAGUTI**

**E-GOV E AS POLÍTICAS DE LAZER: ANÁLISE DOS PROJETOS DA REDE  
CEDES – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

Tese apresentada ao Instituto de  
Biotecnologia do Campus de Rio Claro,  
Universidade Estadual Paulista, como  
parte dos requisitos para obtenção do  
título de Doutor em Desenvolvimento  
Humano e Tecnologias.

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. GISELE MARIA SCHWARTZ**

**RIO CLARO – SP**

**2013**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**CRISTIANE NAOMI KAWAGUTI**

**E-GOV E AS POLÍTICAS DE LAZER: ANÁLISE DOS PROJETOS DA REDE  
CEDES – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias.

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz  
(orientadora)

---

Profa. Dra. Sara Quenzer Mathiensen

---

Profa. Dra. Ivana Campos Ribeiro

---

Prof. Dr. Osmar Gonçalves

---

Prof. Dr. Afonso Antonio Machado

**RIO CLARO - SP, 08 DE ABRIL DE 2013**

## RESUMO

O governo eletrônico (e-gov) representa um sistema de disseminação de informações e outros serviços, com o intuito de manter a transparência das ações ministeriais em curso, o qual pode ocorrer internamente, entre os ministérios e com a população em geral. Entretanto, para que este sistema seja eficiente, tornam-se necessárias iniciativas capazes de alimentar e gerir novas informações. Sendo assim, o objetivo do estudo foi promover um balanço dos projetos financiados pela Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES), da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, evidenciando suas principais características, bem como, verificar a disponibilização dos dados referentes a esses projetos no site Ministerial, com o intuito de contribuir para a ampliação das possibilidades de disseminação de informações sobre o lazer no e-gov. O estudo constou de uma análise documental dos projetos apoiados pela Rede CEDES, associada a uma pesquisa exploratória, realizada com os projetos financiados pela Rede CEDES, cujos dados foram disponibilizados nos site do Ministério do Esporte. Os dados foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático e indicam o crescimento das ações da Rede CEDES, desde 2003 até o presente, estreitando as relações com e entre as Universidades e a inserção de novos centros produtores do conhecimento de todas as regiões. As abordagens dos projetos puderam ser divididas em 9 eixos temáticos, conforme o objetivo de cada pesquisa e a disseminação das informações nos sites do Ministério apresentam ainda algumas lacunas pendentes, haja vista que as informações postadas pelo Ministério do Esporte em seu site são ainda incongruentes, ao serem comparadas aos documentos pesquisados. Tornam-se necessários diversos ajustes na forma de disseminação das informações sobre esporte recreativo e lazer em sites oficiais com acesso público, no sentido de aumentar a visibilidade, a divulgação e a transparência das ações em Políticas Públicas.

**Palavras-chave:** E-gov, Rede CEDES, Lazer, Esporte Recreativo.

## **ABSTRACT**

Electronic government (e-gov) represents a system of information dissemination and other services, in order to maintain the transparency of ministerial actions in progress, which can occur internally, between ministries and with the general population. However, for this system to be effective, initiatives to nurture and manage new information are necessary. Therefore, the aim of this study was to provide an overview of the projects sponsored by Rede CEDES, at the National Secretariat for Development of Sport and Leisure from Sport Ministry, highlighting their main characteristics, as well as checking the availability of data inserted on Ministerial site, in order to contribute to expanding the possibilities of disseminating information about leisure at the e-gov. The study consisted of a documental research of the projects supported by Rede CEDES associated with an exploratory research conducted with projects funded by Rede CEDES, whose data were available on the website of the Ministry of Sports. Data were descriptively analyzed by Thematic Content Analysis Technic and indicate the growth of the Rede CEDES actions, since 2003 until the present, strengthening links between Universities and with the inclusion of new productive centers of knowledge of all regions. The approaches of the projects could be divided into nine thematic areas, as the goal of every research, and the dissemination of information on the websites of the Ministry still have some outstanding gaps, as noticed that the information posted by the Sports Ministry on its website are still inconsistent, if compared to documents researched. Different adjustments in the form of information dissemination on recreational sports and leisure at the official sites with public access are required, in order to increase visibility, dissemination and transparency of actions in Public Policy.

**Keywords:** E-gov, Rede CEDES, Leisure, Recreational Sport.

## LISTA DE FIGURAS

### CAPÍTULO DE LIVRO

- Figura 1.** Quantidade de convênios firmados e pesquisas desenvolvidas, distribuídos por ano..... **38**
- Figura 2.** Convênios firmados durante todo o período (2003-2010), distribuídos por região..... **41**
- Figura 3.** Número de pesquisas realizadas por ano, distribuídas por região..... **42**

### ARTIGO 2

- Figura 1.** Página inicial da Rede CEDES..... **63**
- Figura 2.** Página de apresentação do RIRC..... **65**

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO DE LIVRO

<b>Tabela 1.</b> Distribuição das pesquisas nos nove eixos temáticos, representados em porcentagem.....	<b>44</b>
---	-----------

### ARTIGO 2

<b>Tabela 1.</b> Instituições de Ensino Superior que compõem a Rede CEDES, com seus respectivos anos de desenvolvimento de pesquisas, de acordo com as informações contidas na página inicial da Rede, na página do <i>link</i> Núcleos, no livro e no RIRC.....	<b>67</b>
<b>Tabela 2.</b> Dados do RIRC.....	<b>71</b>

## LISTA DE SIGLAS

AEVA-RJ	Associação Educacional Veiga de Almeida
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CELAR	Centro de Estudos de Lazer e Recreação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCTEC	Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
E-GOV	Governo eletrônico
FESP/UEMG	Fundação de Ensino Superior de Passos
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
G2B	<i>Government to Business</i>
G2C	<i>Government to Citizen</i>
G2G	<i>Government to Government</i>
GIEL	Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer
GPL	Grupo de Pesquisas em Lazer
GTT	Grupo de Trabalho Temático
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFET/RN	Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
IMES-SP	Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul
LEL	Laboratório de Estudos do Lazer
PELC	Programa Esporte e Lazer na Cidade
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RBCE	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
Rede CEDES	Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
RIRC	Repositório Institucional da Rede CEDES
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UCB-DF	Universidade Católica de Brasília
UCDB-MS	Universidade Católica Dom Bosco
UEBA	Universidade do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEM-PR	Universidade Estadual de Maringá

UEPA	Universidade Estadual do Pará
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UEPE	Universidade Estadual de Pernambuco
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAP	Universidade Federal do Amapá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF-RJ	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF-MG	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP-MG	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI-RS	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRO	Universidade Federal de Rondônia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE	Universidade Federal do Sergipe
UFSJDR-MG	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM-RS	Universidade Federal de Santa Maria
UFU-MG	Universidade Federal de Uberlândia
UFV-MG	Universidade Federal de Viçosa
UGF-RJ	Universidade Gama Filho
ULBRA-RO	Universidade Luterana do Brasil de Rondônia
ULBRA-RS	Universidade Luterana do Brasil do Rio Grande do Sul

UnB-DF	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIDERPE-MS	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
Unicamp-SP	Universidade Estadual de Campinas
Unimep-SP	Universidade Metodista de Piracicaba
Unisinos-RS	Universidade do Vale do Rio Sinos
UNIVASF-PE	Universidade Federal do Vale do São Francisco
Univates-RS	Fundação do Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional de Chapecó
USP Leste-SP	Universidade São Paulo
USP-Ribeirão Preto	Universidade São Paulo
USP-SP	Universidade São Paulo
WLRA	<i>World Leisure and Recreation Association</i>

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. TESE DE DOUTORADO</b>	
<b>E-GOV E AS POLÍTICAS DE LAZER: ANÁLISE DOS PROJETOS DA REDE CEDES – MINISTÉRIO DO ESPORTE.....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>21</b>
<b>OBJETIVO.....</b>	<b>22</b>
<b>MÉTODO.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>
<b>2. ARTIGO 1 - DE REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O E-GOV ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DO E-GOV EM DIFERENTES REALIDADES.....</b>	<b>27</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>3. CAPÍTULO DE LIVRO</b>	
<b>ANÁLISE DOS PROJETOS FINANCIADOS PELA REDE CEDES.....</b>	<b>37</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>37</b>
<b>Descrição dos dados referentes aos convênios firmados e pesquisas realizadas .....</b>	<b>40</b>
<b>Refletindo sobre os resultados.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>4. ARTIGO 2 - Análise dos projetos financiados pela Rede CEDES, a partir dos dados coletados nas dependências do Ministério do Esporte</b>	
<b>ACESSO PÚBLICO A INFORMAÇÕES: ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE A REDE CEDES EM LIVRO E EM SITES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE.....</b>	<b>58</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>59</b>
<b>Método.....</b>	<b>62</b>
<b>Resultados.....</b>	<b>66</b>

Núcleos/ IES/ Comunidades.....	66
DADOS DO RIRC.....	70
Considerações Finais.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....	79
6. ANEXOS	
ANEXO 1 .....	81
ANEXO 2 .....	82
ANEXO 3 .....	83

## APRESENTAÇÃO

Esta tese de doutorado fez parte de um dos projetos do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, grupo de pesquisa cadastrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), coordenado pela professora Gisele Maria Schwartz, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias da UNESP de Rio Claro - SP. O LEL organiza, bienalmente, durante o Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana/Simpósio Paulista de Educação Física, o 'Encontro de área sobre Lazer', no qual, em 2009, foi apresentado um levantamento sobre os grupos de pesquisas cadastrados no diretório do CNPq, distribuídos pelas diferentes regiões do Brasil, juntamente com as produções acadêmicas de seus respectivos líderes. Nessa ocasião, a professora Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (então diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte/ Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte do Lazer – DCTEC/SNDEL) encontrava-se presente no evento e se interessou pela pesquisa apresentada, especialmente no que diz respeito ao método como foi executada a coleta e a forma como estavam ilustrados os resultados.

Dessa forma, essa diretoria encomendou uma pesquisa, a ser realizada em parceria com o Ministério do Esporte, devido à sua emergência em atender à demanda relativa à organização, sistematização e gestão dos dados referentes aos projetos de pesquisa financiados pela Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) até o momento. Assim, surgiu a pesquisa induzida, a qual objetivou realizar a Gestão da Informação sobre Esporte Recreativo e Lazer, tendo como foco um balanço dos projetos financiados pela Rede CEDES.

A referida pesquisa teve também como intuito suprir a base de dados do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC), promovendo a gestão desse conhecimento, em que foram evidenciados os principais resultados, bem como, lacunas e campos inexplorados, abertos à pesquisa futura no campo das Políticas Públicas de esporte recreativo e de lazer. Para a realização da coleta de dados, o grupo de pesquisadores (composto pelos então alunos de pós-graduação Cristiane Naomi Kawaguti, Danilo Roberto Pereira Santiago e Giselle Helena Tavares), liderado pela

professora Gisele Maria Schwartz, permaneceu nas dependências do Ministério do Esporte no período de 22 de maio a 20 de junho de 2010, onde teve acesso aos dados e relatórios referentes aos projetos entregues por seus respectivos coordenadores, durante toda a existência da Rede. Como produto desta pesquisa foi publicado, em dezembro de 2010, o livro “Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES”.

Com base na riqueza de informações coletadas e nas lacunas no que tange ao processo de disseminação das mesmas, percebeu-se a possibilidade de contribuir com a gestão desse conhecimento e com a melhoria das políticas de disseminação dessas informações, focalizando o e-gov, o qual pode representar um importante aliado entre o governo federal e a sociedade brasileira. Assim, também foi elaborada a presente pesquisa referente a esta tese de doutorado intitulada “E-GOV E AS POLÍTICAS DE LAZER: ANÁLISE DOS PROJETOS DA REDE CEDES – MINISTÉRIO DO ESPORTE”. A mesma será apresentada na sequência e, a partir de uma visão integrada e aplicável, útil para profissionais de diversos segmentos e formação, podendo oferecer alternativas para a melhor qualidade do sistema existente e na construção de melhor configuração para o espaço público.

A tese está apresentada em forma de artigos científicos, dos quais dois deles submetidos para publicação em periódicos científicos e um já publicado em forma de capítulo de livro. No primeiro artigo, foi realizada uma revisão de literatura sobre o e-gov, abordando diversos aspectos envolvendo esse instrumento de disseminação de informações governamentais em diferentes países do mundo. O segundo artigo, publicado em forma de capítulo do livro, apresenta uma análise dos projetos financiados pela Rede CEDES, a partir dos dados coletados nas dependências do Ministério do Esporte. Já o terceiro artigo, tratou de realizar uma análise comparativa dos dados entre diferentes veículos de divulgação, na tentativa de se verificar como os dados referentes aos projetos financiados pela Rede estão sendo disponibilizados para a população, afinal, trata-se de financiamento de verba pública, a qual prevê prestação de contas à sociedade.

**1. TESE DE DOUTORADO**

**E-GOV E AS POLÍTICAS DE LAZER: ANÁLISE DOS  
PROJETOS DA REDE CEDES – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

## INTRODUÇÃO

Embora o lazer seja um direito constitucional, este ainda se deflagra como um campo de investimento secundário das Políticas Públicas, as quais, geralmente, concentram seus recursos prioritários em segmentos como a saúde, educação, habitação, entre outros. Desta forma, pensar em políticas para o lazer é praticamente necessário associá-lo a outros setores que recebem maior atenção nas discussões governamentais.

Uma das iniciativas que se tem observado é a associação do lazer ao seu potencial educativo e pedagógico, inclusive, recebendo a conotação minimizada de recreação, inserindo-o, por meio dos jogos e brincadeiras, nas instituições escolares, nas casas que abrigam temporariamente crianças de rua e nas penitenciárias. Ainda, é comum encontrar Políticas de lazer funcionalistas, ou seja, que veem, em suas possibilidades de vivências, a saída para eliminar a delinquência, diminuindo os riscos sociais. Outra iniciativa bastante comum, também funcionalista, é a associação deste fenômeno à saúde e qualidade de vida, as quais incentivam a população a se envolver em programas de esporte e atividade física. Entretanto, bem poucas iniciativas priorizam o lazer como um direito constitucional, merecendo atenção como um fenômeno social importante.

Desta forma, percebe-se a dificuldade de implantação de Políticas Públicas para o lazer com um caráter específico, respeitando-o como fenômeno social, e não, apenas, funcionalista. Percebe-se, inclusive, que, quando algumas iniciativas são implantadas, ainda são pouco difundidas. Uma das opções para maximizar a difusão de informações nos diversos setores é o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), pois estas possibilitam o armazenamento de dados e a integração dos tomadores de decisão, conduzindo a um aumento da capacidade de compartilhamento da informação e do conhecimento.

As TIC têm merecido destaque em todos os setores da sociedade moderna, exercendo grande influência sobre as diversas esferas da vida humana. No campo das

Políticas Públicas, os avanços tecnológicos proporcionados pela evolução das TIC promoveram a criação do chamado governo eletrônico (*e-gov*), o qual tem como objetivo facilitar a acessibilidade ao serviço governamental, por meio de maior acesso público à informação, bem como, contribuindo para um governo mais transparente (BUSQUETS, 2006).

O *e-gov* consiste na informatização de atividades governamentais internas e na sua comunicação com o público externo (cidadão, fornecedores, empresas, ou outros setores do governo e da sociedade), melhorando a sua gestão. A exemplo dessa informatização, tem-se a construção de portais governamentais, nos quais constam a sua identificação, seus propósitos e suas ações, possibilitando a concentração e disponibilização de serviços e informações e um conseqüente levantamento das necessidades da população (PINHO, 2008).

Esse sistema envolve, basicamente, três tipos de transações: *government to government* (G2G), quando se trata de uma relação intra ou intergovernos; *government to business* (G2B), caracterizado por transações entre governos e fornecedores (negócios); e *government to citizen* (G2C), envolvendo relações entre governo e cidadãos. Essas transações são efetuadas, não apenas pela internet, mas também, por meio de outros tipos de TIC, como, por exemplo, a telefonia móvel, televisão digital, *call centers*, entre outros (FERNANDES; AFONSO, 2001).

O desenvolvimento do *e-gov*, segundo Fernandes e Afonso (2001), geralmente, passa por quatro estágios. O primeiro estágio consiste na criação de *sites*, para a disseminação de informações sobre os diversos órgãos e departamentos dos diferentes níveis de governo. Nessa etapa, eventualmente, esses *sites* são reunidos em um único portal, o qual parece apenas uma espécie de catálogo.

No segundo estágio, inicia-se uma troca de informações, sendo permitido ao cidadão, empresário ou outro órgão, também inserir dados no *site*, de forma interativa. Um contribuinte, por exemplo, pode enviar a sua declaração de imposto de renda, ou informar qualquer tipo de alteração, as empresas podem se cadastrar eletronicamente para oferecer seus serviços, dados de um departamento podem ser transferidos a

outros, criam-se endereços eletrônicos para sugestões ou reclamações e assim por diante.

No terceiro estágio, passam a ser inseridos também, valores quantificáveis. Nessa etapa, podem ser realizadas operações como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compra de materiais, educação à distância, etc. No quarto estágio de implantação do *e-gov* é desenvolvido um tipo de portal que não é mais um simples índice de *sites* do governo com centenas de endereços, mas, um lugar de convergência de todos os serviços prestados pelo governo. Nesse estágio, o serviço é disponibilizado, não por departamentos, mas por funções ou temas.

Desta forma, com um governo eletrônico implantado de forma eficiente, seria menos necessário, para um cidadão, dirigir-se a diferentes repartições públicas para solucionar determinados problemas. Seria possível, apenas com o uso de um computador e internet, resolver as mais variadas situações, necessitando apenas de um usuário e uma senha de acesso, que fossem universais, para utilizar qualquer serviço público.

No entanto, essa ferramenta não deve ser vista apenas como um método para disponibilizar serviços *online* à população. Ela deve ser utilizada, inclusive, como uma ferramenta para se exercer a cidadania, por meio da interação e participação entre governo e sociedade, apresentando, assim, um grande potencial democrático, pois pode desenvolver a capacitação política da sociedade (RUEDIGER, 2002).

Prado (2004) destaca, ainda, os benefícios possibilitados por essa ferramenta, como por exemplo, a melhoria dos processos da administração pública, aumento da eficiência, melhor governança, elaboração e monitoramento das Políticas Públicas, integração entre governos e democracia eletrônica, representada pelo aumento da transparência, da participação democrática e *accountability*<sup>1</sup> dos governos. Desta

---

<sup>1</sup> Entende-se por *accountability* democrática um princípio que engloba mecanismos institucionais, os quais devem obrigar o governo a prestar contas à sociedade e a outros departamentos, permitindo ao cidadão, não apenas ser informado sobre as ações governamentais, mas também, influir diretamente na

forma, pode-se dizer que o e-gov é um importante e estratégico instrumento para a implementação de Políticas Públicas (MATIAS-PEREIRA, 2006, 2007) nos diferentes setores do governo, inclusive para aquelas voltadas ao campo do lazer.

Nesse sentido, pode-se perceber que algumas iniciativas, como a criação de *síte* próprio do Ministério do Esporte e do Repositório Institucional da Rede CEDES, entre outros mecanismos de disseminação de informações governamentais e intervenções relacionadas ao lazer, já estão em curso. Ao se tomar como foco o Ministério do Esporte, por exemplo, foi criada a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte do Lazer (SNDEL), a qual, para viabilizar a criação e disseminação de suas ações, passou a financiar pesquisas e projetos que pudessem subsidiar Políticas Públicas de esporte e lazer (BRASIL, 2012), por meio da ação conjunta entre o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e a Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (CEDES).

O PELC é um programa finalístico, ou seja, basicamente é destinado a atender às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, com o objetivo de suprir a carência de Políticas Públicas, na tentativa de consolidar o esporte e o lazer como direitos sociais. Já a Rede CEDES, foi implantada como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e da então SNDEL (hoje extinta)<sup>2</sup>, a qual reúne Instituições de Ensino Superior (públicas e privadas), que se constituem nos chamados Núcleos da Rede, podendo ser compostos por Grupos da mesma instituição ou de instituições diferentes. Essa Rede visa estimular os Grupos de Estudos a produzir e difundir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e Políticas Públicas de

---

definição de metas coletivas ao longo dos mandatos de seus representantes (DINIZ, BARBOSA, JUNQUEIRA, PRADO, 2009).

<sup>2</sup> Devido à troca de governo, houve uma remodelação na estrutura do Ministério do Esporte em 2011. A partir dela, a SNDEL foi extinta e os seus programas foram distribuídos entre outras secretarias do ministério. Assim, em outubro de 2011, a Rede CEDES foi destinada à recém criada Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, sob a coordenação Geral do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

esporte recreativo e de lazer, por meio da produção e difusão de conhecimentos fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais.

Resumidamente, a Rede CEDES viveu quatro momentos importantes. O primeiro foi marcado pela concessão de parcerias com grupos de pesquisas de cursos de Educação Física das Universidades públicas brasileiras; o segundo destacou-se pela ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualificassem a política de esporte e lazer do país, estendendo, ainda, a possibilidade de parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares sem fins lucrativos; o terceiro momento foi marcado pela criação, em 2007, de Edital Público anual, para a seleção dos projetos a serem apoiados; o quarto momento (atual) tem se destacado pela ampliação do apoio à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede CEDES, sua sistematização e socialização ampla, visando subsidiar a qualificação dos demais programas ministeriais de inclusão social, bem como capacitar gestores, agentes e pesquisadores da área (BRASIL, 2012).

Dentre suas estratégias de ação, destacou-se, em 2010, a criação de um Sistema de Rede *online* de Informações, denominado Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC), o qual congrega as instituições, os grupos de pesquisa e sociedades científicas que partilham as ações da Rede, permitindo ampla troca de informações e dos conhecimentos produzidos por meio digital. Neste sistema são inseridos os projetos, os relatórios e toda a produção científica proveniente desses projetos, financiados pela Rede CEDES, mostrando-se como uma importante ferramenta de disseminação do conhecimento.

Conforme salienta Schwartz (2008), o produto das pesquisas acerca do lazer, esporte, turismo e outras áreas, não tem sentido, se não for compartilhado por todos os interessados, desde pesquisadores até cidadãos, que querem apenas saber sobre os seus direitos. Além disso, a disponibilização dessas informações em um *site*, apresentada de forma aglutinada, pode facilitar a produção de novas pesquisas, bem como, ampliar o estreitamento de relações entre poder público, iniciativa privada, comunidade e universidades (SCHWARTZ, 2009).

Desta forma, a implantação do RIRC já representou um importante passo para a gestão do conhecimento e de informações sobre o esporte recreativo e o lazer, compactando, em um único *site*, os projetos financiados pelo Ministério do Esporte, bem como, os produtos provenientes dos mesmos. No entanto, esta ferramenta não apresenta nenhum balanço desses projetos, tampouco, algum tipo de análise dos mesmos, servindo apenas como um banco de dados, demonstrando a subutilização desse e dos outros recursos já implantados.

Nesse sentido, a inquietação geradora deste estudo é centrada na perspectiva de se fazer um balanço dos projetos financiados pela Rede CEDES, evidenciando suas principais características, e ainda, verificar a disponibilização dos dados referentes a esses projetos nos *sites* do próprio Ministério do Esporte, bem como no RIRC, com o intuito de contribuir para a ampliação das possibilidades de disseminação de informações sobre o lazer no e-gov. Essa iniciativa visou, então, ampliar as perspectivas de melhoria do e-gov, instrumento que pode ser de grande valia para a disseminação de informações, assim como, dos direitos e deveres dos cidadãos, a respeito do lazer, foco central deste estudo.

## JUSTIFICATIVA

Os projetos financiados pela Rede CEDES, já estão sendo disponibilizados em um banco de dados do *site* do RIRC, proporcionando a aglutinação e disseminação de importantes informações para o desenvolvimento de novas pesquisas. No entanto, as informações lá contidas restringem-se a apontar os projetos existentes, sem fazer referência às propostas em si, ou mesmo, sem uma análise da viabilidade dos mesmos, dando um retorno à sociedade acerca dos investimentos públicos efetivados. Sendo assim, torna-se importante proceder a uma análise efetiva desses projetos em curso, evidenciando suas características e ressonâncias, no sentido de fomentar a criação e/ou melhorias das Políticas Públicas de lazer e esporte recreativo.

A partir do progresso dessas políticas, pode haver, também, uma conseqüente redução de gastos governamentais, pois a população passará a ter opções para vivenciar atividades do âmbito do lazer e do esporte recreativo, as quais poderão elevar os níveis de atividade física das pessoas e melhorar a convivência entre os mesmos, por meio do respeito e da confiança, beneficiando a todos com melhor qualidade de vida. Neste sentido, pode-se afirmar, ainda, que uma boa gestão das políticas públicas de esporte recreativo e lazer pode, inclusive, atingir outros setores governamentais, como o da saúde, educação e segurança pública.

Entretanto, ainda não há uma sistemática para a difusão de todas as iniciativas que são geradas em forma de Políticas Públicas, sendo, portanto, imprescindível que se objetive ampliar as possibilidades de disseminação de tudo o que é produzido em Políticas Públicas de lazer, para que o cidadão exerça efetivamente seu direito de acesso, inclusive às informações sobre este fenômeno social. Assim, as informações provenientes desta pesquisa poderão subsidiar a sistematização e difusão dessas informações do Ministério, contribuindo para incrementar a proposta do governo eletrônico (*e-gov*).

## **OBJETIVO**

Este estudo teve como objetivo analisar os projetos financiados pela Rede CEDES, evidenciando as principais temáticas abordadas, bem como, verificar a disponibilização dos dados referentes a esses projetos nos *sites* do Ministério do Esporte e do RIRC, com o intuito de contribuir para a ampliação das possibilidades de futura disseminação de informações sobre o lazer no *e-gov*. Esta pesquisa objetivou, ainda, dar continuidade à parceria consolidada entre a UNESP-Rio Claro e o Ministério do Esporte, buscando incentivar o emprego de uma cultura de uso desta ferramenta, contribuindo para o bem-estar social.

## MÉTODO

O presente estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio da união entre pesquisa documental e pesquisa exploratória, referentes aos projetos financiados pela Rede CEDES. A pesquisa documental mostrou-se adequada aos objetivos desse estudo, pois, uma de suas importantes características é tratar de documentos usualmente pertinentes a arquivos de órgãos públicos e produções escritas. Segundo Gil (2002), uma das vantagens da pesquisa documental é que os documentos constituem fontes de dados mais estáveis e duradouras e proporcionam uma ampla visão do problema.

Assim, a pesquisa documental foi realizada nas dependências do Ministério do Esporte no período de 22 de maio a 20 de junho de 2010, onde foram analisados os dados e relatórios referentes aos projetos financiados pela Rede CEDES, entregues por seus respectivos coordenadores. Os dados foram analisados de acordo com a sua distribuição por ano, região, áreas de conhecimento envolvidas nos projetos e as temáticas abordadas, com suas respectivas metodologias adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos. Os resultados desta parte da pesquisa foram publicados, em dezembro de 2010, em forma de capítulo de livro, e está apresentado mais à frente desta tese.

A pesquisa exploratória foi utilizada em conjugação com a pesquisa documental, para que se pudessem obter informações não contempladas nos documentos em apreço. Sua vantagem também se evidencia na possibilidade de ampliar as considerações relativas ao fato estudado, com apreensão, inclusive, das visões dos sujeitos participantes (RICHARDSON, 1999). A pesquisa exploratória foi realizada por meio da consulta a um livro e à internet, constando de uma visita aos *sites* do Ministério do Esporte e do RIRC, com o intuito de analisar os conteúdos disponibilizados no *site* do Repositório Institucional da Rede CEDES, no Ministério do Esporte, com base em um levantamento de todos os projetos ali disponibilizados. Em seguida, os documentos referentes ao projeto propriamente dito foram salvos em arquivos digitalizados, para a

realização da análise. Concomitantemente, foi feita uma análise do *site*, no sentido de verificar quais os pontos já explorados pela ferramenta do e-gov e quais as lacunas ainda existentes nesse sistema. Estes procedimentos metodológicos estão melhor detalhados nesta tese mais à frente, em forma de artigo.

Para a análise dos dados, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo Temático (BARDIN, 2009). Este é um instrumento que permite a descrição, a decomposição, a análise, a compreensão e a classificação dos processos vivenciados, evidenciando apenas os elementos mais relevantes para o estudo, conforme evidenciam Richardson (1999) e Bardin (2009).

Esta ferramenta é composta pelas fases de pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A primeira fase consiste em realizar uma leitura geral dos dados e organizar o material que será analisado; a segunda, é formada pelo aprofundamento do material ao qual se refere à pesquisa, embasado pelas hipóteses e pelo referencial teórico apresentado, construindo-se quadros de referências, com a finalidade de se encontrar convergências e divergências das ideias e, por fim, a terceira fase, que consiste na análise propriamente dita, na qual a reflexão e a intuição podem estabelecer relações com a realidade, com base em materiais pré-existentes (BARDIN, 2009).

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Rede CEDES**. Disponível em: [http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte\\_lazer/cedes/apresentacao.jsp](http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp). Acesso em: 03/06/2012.

BUSQUETS, J.M. El Gobierno Electrónico en America Latina: Estrategias y Resultados. In: GALINDO, F. (Coord.). **Gobierno, Derechos y Tecnología: Las actividades de los poderes públicos**. Thomson Civitas, Universidad de Zaragoza (Espanha), p. 159-171, 2006.

DINIZ, E.H.; BARBOSA, A.F.; JUNQUEIRA, A.R.B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva história a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23-48, jan./fev., 2009.

FERNANDES, A.G.; AFONSO, J.R.R. E-governo no Brasil: Experiências e Perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 21-64, jun., 2001.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. cap. 4. p. 41-57.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHO, J.A.G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 471-493, mai/jun, 2008.

PRADO, O. **O Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUEDIGER, M.A. Governo eletrônico e democracia — uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

SCHWARTZ, G. M. Grupos De Pesquisa Em Gestão Do Lazer. In: ENCONTRO

NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 20. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer – Serviço Social da Indústria – Sesi São Paulo, p. 1-2. 2008.

SCHWARTZ, G. M. **O Lazer como campo de pesquisa.** In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 1., 2009, Belo Horizonte. Palestra.

## 2. ARTIGO 1 - REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O E-GOV

Submetido à Revista Democracia Digital e Governo eletrônico (ANEXO 1)

### ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DO E-GOV EM DIFERENTES REALIDADES

#### RESUMO

Os estudos relacionados ao e-gov ainda apresentam lacunas a serem investigadas, o que motivou o interesse desse estudo, de natureza qualitativa, tendo como objetivo investigar as perspectivas e possibilidades do e-gov em diversas realidades. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão na literatura de artigos publicados em periódicos constantes em bases de dados, em especial na Web of Science. Os resultados apontam que o e-gov é adotado por diversos países, principalmente pelo setor de Políticas Públicas, com o intuito de aproximar a população do governo, diminuir gastos, melhorar o acesso às informações sobre os projetos e programas do governo e fazer uma política transparente. As diversas perspectivas metodológicas e estratégias utilizadas para implementar o e-gov são fatores decisivos para facilitar o acesso e promover a confiabilidade nesse recurso.

**Palavras-Chave:** e-gov, política pública, sociedade.

#### ABSTRACT

The studies related to e-gov still have gaps to be investigated, which led to the interest of this qualitative study, aiming to investigate the prospects and possibilities of e-government in different realities. The study was developed through a literature review of articles published in journals listed in databases, especially in Web of Science. The results indicate that e-government is adopted by several countries, mainly by public sector policies, in order to approximate the population of the government, cut costs, improve access to information about projects and programs of government and make policy transparently. The diverse perspectives and methodological strategies used to implement e-government are decisive factors to facilitate access and promote reliance on this resource.

**Keywords:** e-government, public policy, society.

## INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm exercido grande influência nas diversas esferas da vida humana, modificando as diferentes formas de interação existentes na sociedade moderna. No campo das Políticas Públicas, os avanços tecnológicos das TIC possibilitaram a criação do chamado governo eletrônico (e-gov), o qual tem como objetivo facilitar a acessibilidade ao serviço governamental, por meio de maior acesso público à informação, bem como, contribuir para um governo mais transparente (BUSQUETS, 2006). O e-gov possibilita aos órgãos públicos oferecer serviços mais ágeis (HALVORSEN, 2003) e pode contribuir para melhorar a confiança no governo (TOLBERTE; MOSSBERGER 2006; WELCH; HINNANT; MOON, 2005) perante a sociedade.

Segundo Yang et al. (2004) e Rover (2009), o e-gov consiste em uma rede de comunicação, utilizada por diversos setores da administração pública, como meio de prestar serviços e informações à sociedade. Essa ferramenta proporciona a diminuição da burocracia e possibilita maior participação dos cidadãos na fiscalização do investimento governamental, contribuindo para melhorar a gestão pública e para a redefinição dos conceitos tradicionais de cidadania. Entretanto, para que essa ferramenta seja eficiente, é necessário que sejam levadas em consideração as particularidades dos cidadãos que irão usufruir esse serviço, de modo a atendê-los de maneira adequada e satisfatória, lembrando que esse pode ser um processo lento, que irá render bons frutos em longo prazo.

Na Europa, por exemplo, diversos países já adotam esse sistema de governo, disponibilizando informações financeiras na internet, como meio de prestação de contas. A qualidade desses serviços depende, basicamente, do estilo de administração pública adotado, do tamanho da cidade e de auditoria de informações financeiras por empresas privadas (PINA; TORRES; ROYO, 2010). Em contrapartida, em alguns países, esse sistema está sendo assimilado a um ritmo muito mais lento e, com isso,

essas nações não conseguem perceber os benefícios prometidos pelo e-gov (MAYER-SCHÖNBERGER; LAZER, 2007).

Pode-se afirmar que o e-gov vem sendo adotado em diversos países do mundo inteiro, mas encontra-se em diferentes estágios de desenvolvimento, devido às diversidades da cultura de cada local. Nesse sentido, uma pesquisa realizada por Zhao (2011) procurou verificar quais elementos da cultura nacional influenciam diretamente no desenvolvimento do e-gov de um país e os resultados demonstraram que, quanto menor a desigualdade de poder nas instituições e organizações, quanto maior o individualismo no país e quanto mais a sociedade focaliza metas em longo prazo, maiores são os níveis de desenvolvimento do e-gov.

Willoughby, Gómez e Lozano (2010) realizaram um estudo no qual procuraram identificar quais elementos são importantes para se conseguir atingir um e-gov eficiente. Para tanto, analisaram portais governamentais de cinco países diferentes, um de cada continente, os quais já desenvolvem um bom serviço de e-gov e são bastante utilizados pela população local, sendo eles: Cingapura, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e África do Sul.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que, para se implementar uma estratégia de e-gov bem sucedida, são necessários projetos não apenas eficientes e práticos, mas também, criativos e atrativos, com o intuito de conquistar o apoio e participação de todos os cidadãos, inclusive daqueles que não estão familiarizados com as TIC. Alguns portais disponibilizam espaços para a participação dos cidadãos, ou possibilitam que esses entrem em contato com alguém que possa sanar possíveis dúvidas, ou ainda, criam blogs para garantir uma comunicação fluente com o público em geral. Entretanto, esses canais devem funcionar efetivamente, ou seja, deve ter uma pessoa disponível para responder aos questionamentos, bem como, para demonstrar que a opinião pública pode realmente influenciar na administração local (WILLOUGHBY; GÓMEZ; LOZANO, 2010).

A pesquisa de Riquelme e Buranasantikul (2004), por exemplo, realizada para investigar a capacidade de resposta a um pedido de um cidadão, assim como, a

acessibilidade dos serviços prestados e a privacidade e segurança de sites australianos, demonstrou que estes carecem de uma orientação para o cliente, ou seja, necessitam adaptar os seus serviços e ferramentas para atendê-los. Existe apenas uma pequena porcentagem de sites na web com conteúdo fornecido em idiomas alternativos (uma limitação em um país que se caracteriza como multicultural), e uma grande maioria dos sites não responde a um simples e-mail de um cidadão (RIQUELME; BURANASANTIKUL, 2004).

A descrença na política, por parte da população, faz com que exista um distanciamento de tudo o que os governos (municipal, estadual e federal) promovem, sendo, muitas vezes, ignorado pelos indivíduos. Nesse contexto, existe também a descrença relacionada ao e-gov (EDMISTON, 2003; HO, 2002; WEST, 2004), pelo fato deste não atender às expectativas da população, ou mesmo, não ser suficientemente divulgado. Nesse sentido, o estudo de Furlong e Kerwin (2005), evidenciou que, mesmo com as novas possibilidades de acesso à informação promovidas pelo e-gov, os métodos tradicionais de participação do cidadão, como por exemplo, a solicitação de serviços nas prefeituras, nos fóruns, nas previdências, ou mesmo a votação, continuam a ser importantes.

Segundo Carter e Bélanger (2005), a aceitação e o sucesso de iniciativas relativas ao e-gov dependem diretamente da disponibilidade do cidadão em querer fazer uso desses serviços. Dessa forma, esses autores procuraram verificar quais os fatores que influenciam diretamente na intenção de uma pessoa em utilizar os serviços oferecidos pelo e-gov. Os autores identificaram que a facilidade de uso, o hábito de utilizar a internet diariamente (seja para enviar e-mails, realizar compras ou por questões profissionais) e a veracidade e confiabilidade das informações ali contidas são preditores essenciais para que os cidadãos tenham interesse em usufruir essa ferramenta.

Uma pesquisa semelhante também foi realizada na Malásia, porém, com o intuito de verificar os fatores que influenciam a intenção de uso do e-gov e a real utilização do chamado sistema *government to business* (G2B – interação entre governo e investidores), como o sistema de compras eletrônicas. Os resultados apontaram fortes

correlações na intenção de uso do sistema de compras eletrônicas nos seguintes elementos: percepção de utilidade, facilidade de uso, garantia do serviço pelos prestadores de serviço, capacidade de resposta das prestadoras, condições facilitadoras e design do site, sendo que a intenção de uso está fortemente correlacionada ao uso real em si (SAMBASIVAN; WEMYSS; CHE ROSE, 2010).

O modelo de e-gov em Taiwan é composto por seis dimensões, sendo elas: qualidade da informação, a qualidade do sistema, a qualidade do serviço, uso, satisfação do usuário e benefício final. Esses elementos foram verificados na pesquisa de Wang e Liao (2008), por meio de um questionário aplicado a 119 usuários, com o intuito de coletar informações a respeito do chamado sistema *government to citizen* (G2C – comunicação entre governo e cidadãos) em Taiwan (WANG; LIAO, 2008), em que os autores apontaram estas dimensões como determinantes para a análise sobre o e-gov na Tailândia.

Segundo Berce et al. (2006), as relações entre investigação sobre e-gov e política devem ser mais explícitas. Inovações de pesquisa sobre governo eletrônico são posicionadas em um ambiente político, nos quais os resultados podem contribuir para a implementação de um governo com ações inovadoras, que apoiaria o valor público como sua meta final, por meio de maior eficiência e eficácia.

Além disso, os resultados do estudo destacaram uma série de desafios de pesquisa organizacional. Entre eles foram citados: a necessidade de mais cooperação, colaboração e *networking* entre os participantes, oportunidade de construir sinergias em pesquisa entre os setores públicos de forma verdadeiramente interdisciplinar e entre as diferentes partes interessadas, tanto do setor público, isto é, junto com e-Saúde, e-Learning, etc., quanto do setor privado (Berce et al., 2006).

Shan et al. (2011) propõem em seu estudo um modelo de avaliação do desenvolvimento do e-gov, o qual foi testado, atualizado e validado, por meio de sua aplicação a uma amostra de 18 cidades chinesas que já fazem o uso das TIC e da internet. Esse modelo incluiu cinco dimensões de avaliação, sendo elas a construção de projetos, a gestão de segurança da informação, construção especial, a transparência

dos assuntos do governo e a capacidade de informatização. Além disso, ressaltam que para uma avaliação eficaz do e-gov os indicadores de serviços públicos devem estar sempre em dia e que projetos locais de e-gov podem ter objetivos e restrições diferentes. Sendo assim, os autores salientam que são necessários alguns ajustes no modelo de avaliação naquele país.

Sarantis et al. (2010), por sua vez, procuraram verificar os pontos fracos dos projetos de e-gov, por meio de uma revisão de literatura em capítulos de livros, revistas e estudos de caso, em sistemas de informação e administração pública, com foco em iniciativas governamentais. Os resultados apontaram quatro lacunas, quais sejam, dificuldade em identificar a natureza dos objetivos norteadores do projeto, inadequação em aplicar a multidisciplinaridade, escassez na transferência de conhecimento e modelagens pobres das partes interessadas.

A partir da identificação desses pontos, é possível, então, remodelar a proposta e fazer com que seja apresentado um projeto mais adequado, pois, normalmente, os governos dos países em desenvolvimento gastam milhões de dólares para implementar sistemas de governo eletrônico. Os investimentos podem ser considerados úteis apenas se a taxa de utilização for elevada. O estudo pode ajudar os tomadores de decisão das TIC no governo a reconhecer os fatores críticos que são responsáveis pelo sucesso de um sistema de e-gov.

Atualmente, no Brasil, existe uma grande parcela da população que se encontra distante da política e essa situação pode ser explicada pelo fato de as pessoas não acreditarem nos políticos e nos órgãos públicos. Essa situação se agrava e se justifica a cada dia, com novos escândalos e denúncias de corrupção. Para parte dos cidadãos, as pessoas que governam não fazem uma política honesta (limpa, clara). Por esses motivos, já existe um pré-conceito por parte da população em relação ao governo, o qual tem ressonâncias diretas na descrença sobre suas ações.

Para minimizar esta problemática, o e-gov poderia ser uma solução para aproximar as pessoas do governo, ao contribuir com a legitimação das ações feitas pelas entidades governamentais. Especificamente em gestão de governo e Políticas

Públicas, o Brasil enfrenta grandes desafios e o uso de inovações tecnológicas é um fator importante para a modernização da administração pública. O e-gov pode ser entendido como um das iniciativas mais importantes da reforma de gestão pública brasileira segundo Gaetani (2009), reiterando-se a necessidade de adequação de suas estruturas, bem como, de popularização de seus conteúdos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O e-gov tem crescido a um ritmo impressionante em todo o mundo, devido à dinâmica e evolução da administração pública eletrônica. Esse processo complexo, o qual resulta de um comportamento estratégico e do desenvolvimento de regras e padrões, já vem sendo implementado em toda a comunidade internacional, pois já é reconhecido que seus benefícios são inúmeros, conforme evidenciado ao longo do texto.

A facilidade percebida de uso, a compatibilidade e a confiabilidade são alguns dos indicadores significativos da intenção dos cidadãos em usar os serviços disponibilizados pelo governo eletrônico. O conhecimento e o reconhecimento sobre esses fatores que influenciam a adoção de atitudes pró-ativas de utilização desse recurso permitirá que as agências governamentais possam desenvolver serviços on-line que atendam às necessidades de seus cidadãos.

Em virtude das diferenças envolvendo as sociedades, sejam elas econômicas e/ou culturais, os estudos relacionados ao e-gov devem ser realizados em diversos contextos, para se obter uma compreensão melhor sobre os fatores pertinentes a essa temática. Tornam-se novos desafios adequar a oferta de informações, bem como, estimular a divulgação desta importante ferramenta, com conseqüente aumento na demanda de utilização, favorecendo o exercício da cidadania.

O e-gov tem recebido maior atenção ao longo dos últimos anos e, em virtude dos avanços tecnológicos e das transformações que a sociedade passa, surgem novas

áreas a serem estudadas e exploradas, sendo que o e-gov pode ser considerado uma delas. Sugerem-se novos olhares sobre esta importante ferramenta de gestão política, para que novos ajustes sejam aprimorados, atendendo às expectativas públicas de atuação como protagonista da história política de um país.

## REFERÊNCIAS

BERCE, J. et al. The organisation and coordination of European e-government research for the EU in 2010. **Electronic Government, Lecture Notes in Computer Science**, Heidelberg, v. 4084, p. 37-46, 2006. Disponível em: <<Go to ISI>://000241160200004 >.

BUSQUETS, J. M. El Gobierno Electrónico en America Latina: Estrategias y Resultados. In: GALINDO, F. (Coord.). **Gobierno, Derechos y Tecnología: Las actividades de los poderes públicos**. Thomson Civitas: Universidad de Zaragoza (Espanha), p. 159-171, 2006.

CARTER, L.; BÉLANGER, F. The utilization of e-government services: citizen trust, innovation and acceptance factors. **Information Systems Journal**, Chichester, v. 15, n. 1, p. 5-25, Jan 2005. Disponível em: <<Go to ISI>://000227039800002 >.

EDMISTON, K. D. State and local e-government – Prospects and challenges. **American Review of Public Administration**, Thousand Oaks, v. 33, n. 1, p. 20-45, 2003.

FURLONG, S. R.; KERWIN, C. M. Interest group participation in rule making: A decade of change. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, v. 15, p. 353-370, 2005.

GAETANI, F. Debating public management policies within the context of the organization for economic co-operation and development (OECD): Notes from a Brazilian perspective. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, Caracas, v. 44, p. 1-16, 2009.

Disponível em: <http://www.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/044-junio-2009/gaetani>

HALVORSEN, K. E. Assessing the Effects of Public Participation. **Public Administration Review**, Washington, v. 63, n. 5, p. 535–543, 2003.

HO, A. T. K. Reinventing local governments and the e-government initiative. **Public Administration Review**, Chichester, v. 62, n. 4, p. 434-444, Jul-Aug, 2002. Disponível em: <<Go to ISI>://000176615700006 >.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; LAZER, D. **Governance and Information Technology: From Electronic Government to Information Government**. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

PINA, V.; TORRES, L.; ROYO, S. Is E-Government Promoting Convergence Towards More Accountable Local Governments? **International Public Management Journal**, Londres, v. 13, n. 4, p. 350-380, 2010.

RIQUELME, H.; BURANASANTIKUL, P. E-government in Australia: A citizen's perspective. **Electronic Government, Lecture Notes in Computer Science**, Heidelberg, v. 3183, p. 317-327, 2004. Disponível em: <<Go to ISI>://000223635100053 >.

ROVER, A. J. Introdução ao governo eletrônico. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 1 p. 92-106, 2009.

SAMBASIVAN, M.; WEMYSS, G. P.; ROSE, R. C. User acceptance of a G2B system: a case of electronic procurement system in Malaysia. **Internet Research**, City of Bradford, v. 20, n. 2, p. 169-187, 2010. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=1066-2243&volume=20&issue=2&articleid=1852678&show=pdf> >.

SARANTIS, D. et al. A Critical Assessment of Project Management Methods with Respect to Electronic Government Implementation Challenges. **Systemic Practice and Action Research**, Heidelberg, v. 23, n. 4, p. 301-321, Aug 2010. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/vj20123145677647/fulltext.pdf> >.

SHAN, S. Q. et al. Research on e-Government evaluation model based on the principal component analysis. **Information Technology & Management**, Heidelberg, v. 12, n. 2, p. 173-185, Jun 2011. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/5576783m1t56m0p1/fulltext.pdf> >.

TOLBERT, C. J.; MOSSBERGER, K. The effects of e-government on trust and confidence in government. **Public Administration Review**, Washington, v. 66, n. 3, p. 354-369, Mai-Jun, 2006. Disponível em: <<Go to ISI>://000238116200006 >.

WANG, Y. S.; LIAO, Y. W. Assessing eGovernment systems success: A validation of the DeLone and McLean model of information systems success. **Government Information Quarterly**, London, v. 25, n. 4, p. 717-733, Oct 2008. Disponível em: <<Go to ISI>://000259718100007 >.

WELCH, E. W.; HINNANT, C. C.; MOON, M. J. Linking citizen satisfaction with e-government and trust in government. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, v. 15, n. 3, p. 371-391, Jul 2005. Disponível em: <<Go to ISI>://000230056200003 >.

WEST, D. M. E-government and the transformation of service delivery and citizen attitudes. **Public Administration Review**, Washington, v. 64, p. 15-27, 2004.

WILLOUGHBY, M.; GÓMEZ, H. G.; LOZANO, M. A. F. Making e-government attractive. **Service Business**, Heidelberg, v. 4, n. 1, p. 49-62, 2010.

YANG, D. H. et al. The future of e-government: Collaboration across citizen, business, and government. **Electronic Government, Lecture Notes in Computer Science**, Heidelberg, v. 3183, p. 558-559, 2004. Disponível em: <<Go to ISI>://000223635100100 >.

ZHAO, F. Impact of national culture on e-government development: a global study. **Internet Research**, City of Bradford, v. 21, n. 3, p. 362-380, 2011.

### 3. CAPÍTULO DE LIVRO (ANEXO 2)

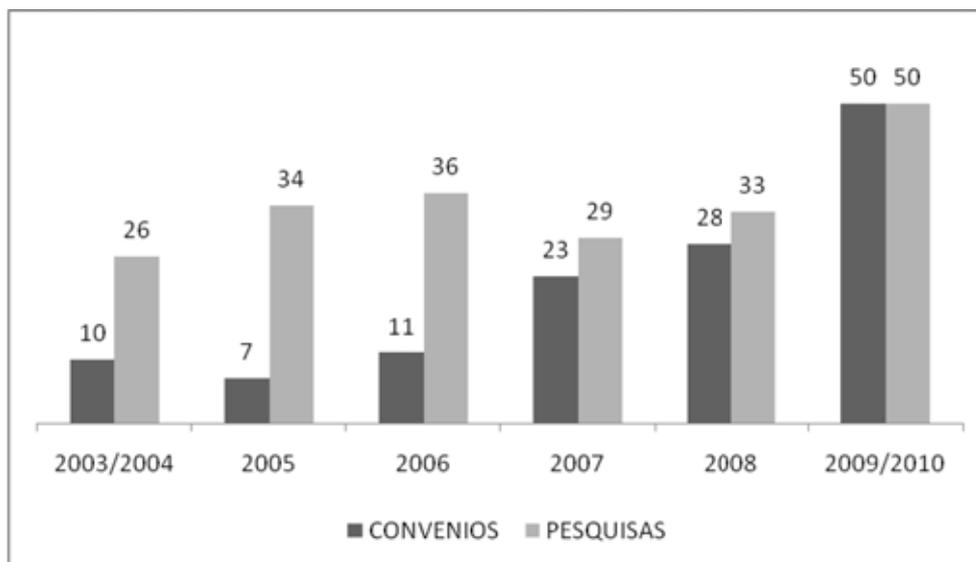
#### ANÁLISE DOS PROJETOS FINANCIADOS PELA REDE CEDES

##### RESUMO

Neste capítulo, serão apresentadas informações referentes aos projetos apoiados pela Rede CEDES, desde o ano de 2003 até o atual momento. Os dados foram analisados de acordo com a sua distribuição por ano, região, áreas de conhecimento envolvidas nos projetos e as temáticas abordadas, com suas respectivas metodologias adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos. Esta análise permitiu traçar importantes reflexões no que diz respeito ao crescimento da Rede CEDES, bem como, apontar lacunas ainda existentes, as quais poderão nortear investimentos em pesquisas futuras.

##### Introdução

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes aos projetos apoiadas pela Rede CEDES, desde o ano de 2003 até 2010. Foram firmados 129 convênios, envolvendo 208 pesquisas, as quais mobilizaram mais de 1000 pesquisadores e tiveram o subsídio de mais de 500 auxílios financeiros em forma de bolsa, espalhadas por todo o território brasileiro. No entanto, não foi possível quantificar exatamente quantos pesquisadores estiveram envolvidos, bem como, o número de auxílios subsidiados pela Rede, pois alguns relatórios, nos quais deveriam ser inseridas essas informações, não especificavam esses dados. Da mesma forma, não foi possível identificar o montante financeiro total concedido pela Rede e os valores de contrapartida oferecidos pelas Instituições. Assim, a distribuição dos dados que constavam dos relatórios referentes aos convênios e pesquisas está ilustrada a seguir, de acordo com o ano de execução dos convênios, na **Figura 1**.



**Figura1.** Quantidade de convênios firmados e pesquisas desenvolvidas, distribuídos por ano.

Torna-se importante esclarecer detalhes referentes a algumas terminologias envolvendo as ações da Rede, no que concerne ao financiamento das pesquisas. Serão referidos, aqui, como **convênios**, os projetos de pesquisa financiados pelo Ministério do Esporte, por meio de acordos firmados entre as Universidades e a Rede CEDES, os quais visassem, de alguma forma, auxiliar no fomento às Políticas Públicas de esporte recreativo e lazer. Alguns desses convênios subsidiavam mais de uma pesquisa, especialmente no período que compreendeu de 2003 a 2006. Serão referenciadas, aqui, como **pesquisas**, os projetos desenvolvidos pelos pesquisadores, os quais visavam testar hipóteses e solucionar problemas, com o objetivo de investigar e compreender um fenômeno, fazendo o uso de métodos científicos.

Como no ano de 2003 foi encontrada apenas uma pesquisa, a mesma está ilustrada juntamente com as pesquisas de 2004 e, dentre as pesquisas ilustradas nos anos de 2009/2010, encontram-se todas aquelas que concorreram ao Edital 2009 e foram aprovadas pelo Ministério. Algumas dessas pesquisas tiveram seu financiamento liberado já em 2009, outras somente em 2010, e, ainda, algumas não receberam efetivamente o montante do financiamento. Isso ocorre devido ao fato de que a liberação da verba depende da dotação orçamentária disponível para a Rede CEDES, a qual não seria suficiente para atender a todos os projetos. No entanto, graças às ações

interministeriais, existe a possibilidade de alocação de verba de um Ministério para outro, que permite, assim, contemplar mais projetos, de acordo com a sua Avaliação de Mérito, como já aconteceu, por exemplo, com os Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia.

Até o ano de 2006, esses financiamentos se davam por meio de convite direto aos grupos de pesquisa que contemplavam, em seus estudos, as temáticas referentes ao esporte e ao lazer e seus aspectos políticos. Esses grupos elaboravam, então, o projeto a ser executado e, somente após terem sido revisados pela equipe de gestores do Ministério, eram firmados os convênios efetivamente.

A partir de 2007, os financiamentos eram feitos com base em Edital público, o qual era divulgado no *site* do Ministério do Esporte, juntamente com as linhas de pesquisa que serviam como temas norteadores aos pesquisadores, para elaborarem seu projeto de pesquisa. Estes temas, geralmente, eram definidos em reunião com os próprios pesquisadores que já participavam da Rede, os quais se baseavam nas demandas verificadas no decurso de suas pesquisas para opinarem, evidenciando as lacunas existentes e que mereciam enfoques específicos.

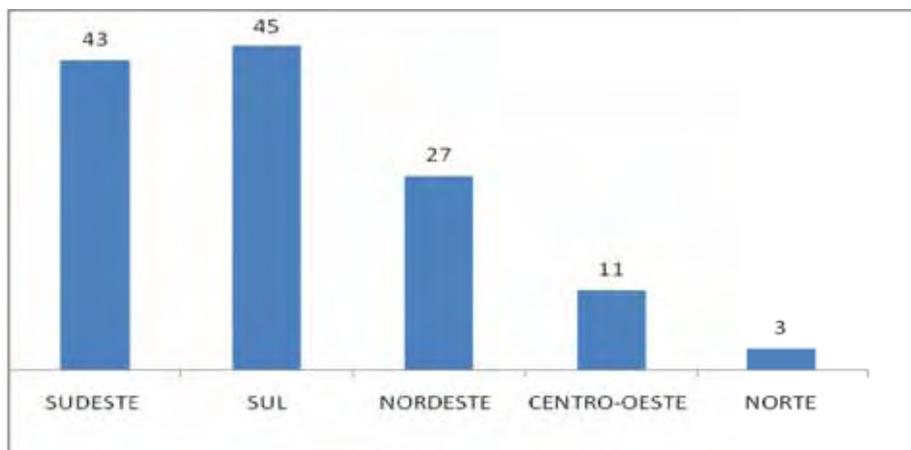
A definição das linhas norteadoras do Edital de 2009 também ocorreu de forma conjunta com os pesquisadores, seguindo-se o mesmo princípio. Algumas linhas foram definidas, ainda, de acordo com as demandas advindas das próprias prefeituras, governo estadual e governo federal, como foi o caso, por exemplo, da necessidade de se investigar sobre os tipos de jogos praticados pelos indígenas. Também pode ser citado como exemplo, o caso da atual emergência em se investir em pesquisas que tenham como objetivo identificar as medidas necessárias para a organização de megaeventos (visando subsidiar Políticas Públicas que irão conduzir a estruturação e gestão adequadas para a Copa do Mundo de 2014, bem como, para os Jogos Olímpicos de 2016).

Para concorrer ao Edital de 2009, os projetos deveriam ser inscritos em uma das 3 categorias existentes, a saber: Categoria 1 – pesquisas no valor de até R\$ 25.000,00, apresentadas, pelo menos, por um pesquisador inserido em um Grupo de Estudo de

uma Instituição; Categoria 2 – pesquisas no valor de até R\$ 60.000,00, apresentadas por mais de um Grupo de Estudo (chamado de Núcleo) de uma mesma Instituição; Categoria 3 – pesquisas no valor de até 100.000,00, apresentadas e coordenadas por uma Instituição, na qual há o envolvimento de parcerias com outros Grupos de Estudos de, ao menos, duas Instituições diferentes (nos casos de parcerias entre duas Instituições, o valor pago era de até R\$ 50.000,00; parcerias entre três Instituições, o valor máximo era de R\$ 75.000,00; parcerias entre quatro Instituições ou mais, o teto era de R\$ 100.000,00). Do total da destinação orçamentária seriam designados 30% para o pagamento de convênios da Categoria 1, 50% para a Categoria 2 e 20% para a Categoria 3, com o intuito de garantir a proporcionalidade de apoio aos projetos, bem como, o desenvolvimento equitativo regional da Rede CEDES. No caso de insuficiência de projetos em uma das Categorias, a verba é redistribuída para as demais Categorias, levando-se em consideração a sua classificação na Avaliação de Mérito.

### **Descrição dos dados referentes aos convênios firmados e pesquisas realizadas.**

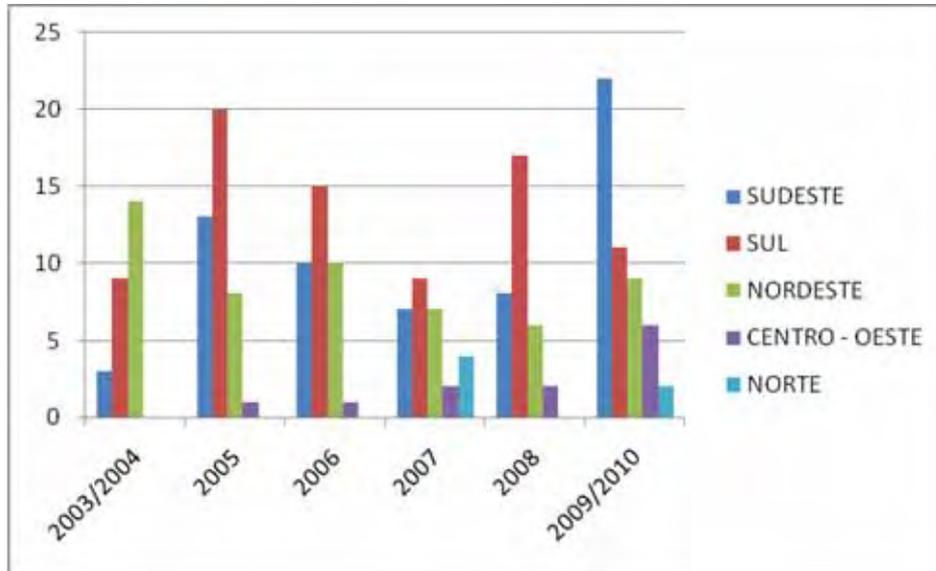
Primeiramente, os dados foram analisados segundo sua distribuição dentre as regiões brasileiras, constatando-se, então, que, até o ano de 2004, as Universidades atendidas concentravam-se apenas em três regiões, sendo Nordeste, Sul e Sudeste. Somente em 2005 houve o primeiro convênio firmado na região Centro-Oeste, com a Universidade de Brasília e, em 2007, houve a criação de um núcleo na Universidade Federal de Rondônia, no qual foram desenvolvidas 3 pesquisas. Atualmente, todas as regiões são contempladas, conforme ilustra a **Figura 2**.



**Figura 2.** Convênios firmados durante todo o período (2003-2010), distribuídos por região.

Pode-se observar, ainda, analisando o envolvimento de alguns pesquisadores em projetos mais antigos, juntamente com o *Curriculum Lattes* dos mesmos, que o aumento no número de pesquisas desenvolvidas na região Centro-Oeste se deve, em grande parte, à migração destes pesquisadores das regiões Sudeste e Sul para esta região, pois antes, eram apenas parte integrante do corpo discente das Instituições proponentes e, agora, compõem o corpo docente de diferentes Instituições da região Centro-Oeste, acompanhando o quadro atual de desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil.

Assim, atualmente, todas as regiões possuem financiamento de pesquisas, sendo representadas, principalmente, pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, na região Centro-Oeste; Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e Sergipe, na região Nordeste; Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia, na região Norte; Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, na região Sudeste; Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na região Sul. Alguns estados possuem mais de uma Instituição de Ensino Superior que desenvolve estas pesquisas e as regiões Sudeste e Sul possuem o maior número de pesquisas, mesmo sendo duas das menores regiões brasileiras (em número de estados), conforme ilustrado na **Figura 3**.



**Figura 3.** Número de pesquisas realizadas por ano, distribuídas por região.

Vale ressaltar que os dados ilustrados na Figura 3, referentes às pesquisas desenvolvidas pelas Instituições, estão baseados somente nos documentos disponibilizados para a presente pesquisa, ou seja, formulários preenchidos pelos próprios pesquisadores. Entretanto, notou-se uma grande diversidade das informações contidas, constatando-se a falta de esclarecimento para o preenchimento dos mesmos. Demonstra-se, desta forma, a importância da gestão dessas informações, para que os dados possam ser padronizados e passíveis de comparações, visando à avaliação dos projetos para a melhoria de investimentos futuros, otimizando a destinação da verba pública.

Em relação às áreas de conhecimento envolvidas nos projetos de pesquisa, tem-se a ocorrência de 35 diferentes cursos de formação dos pesquisadores, entre os quais, o curso de Educação Física esteve inserido em todas as pesquisas (inclusive, a maioria dessas pesquisas foi desenvolvida nas Universidades que ofereciam esse curso de graduação), seguido pela Educação (com 30 pesquisadores) e Ciências Sociais (com 10 pesquisadores). Outras áreas também inseridas nos projetos por meio de seus

pesquisadores foram Arquitetura e Urbanismo, Artes, Biblioteconomia, Biologia, Ciências da Computação/Informação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Enfermagem, Engenharias (de Produção e Química), Filosofia, Fisioterapia, Geografia, Gerontologia, História, Letras, Matemática Computacional, Pedagogia, Política, Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Turismo, entre outras. Isto demonstra, assim, a variedade de áreas de conhecimento nas quais as pesquisas em lazer e esporte recreativo podem se inserir, configurando o aspecto polissêmico envolvendo esses campos do conhecimento.

No que diz respeito aos enfoques abordados pelas pesquisas, estes foram divididos em 9 eixos temáticos, levando-se em consideração o objetivo principal de cada pesquisa, pois, algumas contemplavam mais de uma linha de pesquisa. Os eixos temáticos foram assim elaborados:

- 1- “Memória do esporte e do lazer”;
- 2- “Perfil do esporte e lazer”;
- 3- “Programas integrados de esporte e lazer”;
- 4- “Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer”;
- 5- “Observatório do esporte”;
- 6- “Gestão de esporte e de lazer”;
- 7- “Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer”;
- 8- “Infra-estrutura de esporte e de lazer”;
- 9- “Sistema Nacional de Esporte e Lazer”.

Na sequência, esses eixos serão abordados e descritos de forma mais densa. Para melhor visualização e análise dos dados, foi construída uma tabela com a distribuição percentual das pesquisas nesses diferentes eixos temáticos, conforme demonstra a **Tabela 1**.

**Tabela 1.** Distribuição das pesquisas nos nove eixos temáticos, representados em porcentagem.

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>%</b>
Memória do esporte e do lazer	19,58
Perfil do esporte e lazer	8,47
Programas integrados de esporte e lazer	15,34
Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer	8,99
Observatório do esporte	10,58
Gestão de esporte e de lazer	13,23
Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer	6,35
Infra-estrutura de esporte e de lazer	16,40
Sistema Nacional de Esporte e Lazer	1,06
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

O eixo “Memória do esporte e do lazer” foi o que teve maior incidência, com 19,58% das pesquisas. Estas tinham como objetivo principal realizar o resgate histórico de algum tipo de modalidade esportiva, ou de clube/instituição esportiva, ou mesmo, de jogos e brincadeiras tradicionais e regionais vivenciadas no âmbito do lazer. As pesquisas que se constituíram de levantamento bibliográfico acerca das temáticas Educação Física, Esporte e Lazer, e que objetivavam realizar uma análise das tendências dessas pesquisas, também foram inseridas neste eixo temático.

Estas pesquisas, geralmente, eram feitas por meio da associação entre a pesquisa bibliográfica ou documental e a exploratória, baseando-se, especialmente, em entrevistas ou questionários como instrumentos aplicados aos atores destas histórias (pessoas que vivenciaram as atividades, gestores, idealizadores, etc.), com o intuito de colher informações que pudessem ser importantes para se identificar o significado destas atividades na vida dessas pessoas. A pesquisa documental ou bibliográfica consistia, primordialmente, de consulta a acervo de documentos, notícias de jornais, fotos, filmes e qualquer outro material que pudesse ilustrar algum acontecimento

marcante e que viesse a contribuir para o resgate, preservação e divulgação da história do esporte ou lazer.

As pesquisas inseridas no eixo temático “Perfil do esporte e lazer”, corresponderam a 8,46% do total das pesquisas. Estas possuíam diferentes objetivos, dentre eles, procurar traçar o perfil das pessoas que freqüentavam os espaços e equipamentos de esporte e lazer, apresentar as diferentes características de esportes praticados por indígenas, analisar o perfil das pessoas visadas pelas Políticas Públicas, verificar as variações das atividades informais com o futebol, as conhecidas “peladas”, vivenciadas por moradores de bairros afastados, verificar atitudes e valores incutidos em atletas, entre outros.

Todas as pesquisas aplicaram um questionário ou entrevista aos sujeitos, na tentativa de atingir o objetivo proposto. Associados a estes instrumentos, algumas pesquisas fizeram o uso da técnica de observação, com o preenchimento de diário de campo.

O eixo temático “Programas integrados de esporte e lazer” aglomerou os estudos que realizaram trabalhos com as comunidades, correspondendo a 15,34% do total das pesquisas. Essas intervenções visavam trazer algum tipo de benefício direto à comunidade local, como melhorias na qualidade de vida e mudança de valores e atitudes por meio de práticas corporais, incentivando, na população atendida, o desenvolvimento do senso crítico em relação às Políticas Públicas, com a conseqüente possibilidade de exercerem plenamente a cidadania.

Desta forma, essas pesquisas ofereciam à comunidade programas de atividades compostas por modalidades esportivas, atividades lúdicas, danças, práticas corporais alternativas, entre outros. Alguns programas atendiam pessoas acometidas pelas doenças cardiovasculares ou jovens obesos, visando obter melhorias em seus índices de qualidade de vida e saúde, por meio de práticas lúdicas. Outros procuravam, apenas, oferecer vivências em atividades do âmbito do lazer, com o intuito de conscientizar as pessoas de que existem diversas possibilidades destas práticas, além daquelas mais conhecidas. Ainda, alguns programas visavam ressignificar algumas

práticas corporais, demonstrando valores agregados a estas práticas, que não eram tão visíveis aos olhos dessas comunidades.

As pesquisas aglutinadas no eixo temático "Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer" corresponderam a 8,99% e eram semelhantes às anteriormente citadas, tendo como diferença básica a população envolvida. Enquanto aquelas eram direcionadas ao público em geral, focalizando-se também pessoas que possuíam algum tipo de tendência a doenças cardiovasculares, estas envolviam pessoas com necessidades especiais, jovens e adolescentes de bairros carentes, considerados como área de risco, idosos, considerados excluídos da sociedade, populações ribeirinhas, ou aqueles que não eram atendidos pelas Políticas Públicas de esporte e lazer locais, dentre outros.

A metodologia utilizada para esses tipos de pesquisas era a mesma das pesquisas de intervenção, baseada na pesquisa-ação, a qual visa, basicamente, se inserir em um ambiente, com o intuito de promover alguma mudança. Desta forma, esse tipo de pesquisa consiste em reconhecer o local, intervir, promover diálogos e reflexões para traçar novas metas, a fim de se atingir o objetivo final. Alguns coordenadores destacavam a importância do uso dessa metodologia, apontando a possibilidade de propiciar, aos alunos envolvidos, a experiência de se associar pesquisa, ensino e extensão (considerado o tripé das Universidades).

O eixo temático "Observatório do esporte" contemplou as pesquisas que fizeram algum tipo de aprofundamento nos estudos sobre alguma modalidade esportiva, contribuindo para a Política Nacional do Esporte, representando 10,58% das pesquisas. Estas visavam verificar a eficácia e o cumprimento de algumas leis específicas do esporte, comportamento de torcidas organizadas, levantamento sobre a mídia esportiva, estudos sobre a preparação, divulgação e organização de megaeventos esportivos, além daqueles que faziam a correlação de vários desses fatores. Para tanto, utilizavam, em sua maioria, a combinação de análise documental com entrevistas, questionários, observação, visitas aos locais visados, análise das mídias impressas e digitais, *blogs* específicos, etc.

As pesquisas agrupadas no eixo “Gestão de esporte e de lazer” tiveram uma representatividade de 13,23% dentre as pesquisas, as quais procuravam analisar questões relacionadas à gestão das Políticas Públicas em si, evidenciando as características do planejamento das ações, formação de pessoas, aspectos a serem considerados na formação profissional e qualificação de pessoal, etc. Para tanto, utilizavam como meios de verificação a análise documental aliada a entrevistas, questionários, solicitação de preenchimento de formulários, observação, entre outros.

O eixo temático “Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer” compreendeu 6,35% das pesquisas, as quais procuravam verificar variáveis acerca de algum tipo de programa oferecido pelo governo federal (por exemplo, Programa Segundo Tempo ou Programa Esporte e Lazer da Cidade) ou programas já consolidados nos municípios pesquisados (Programa Saúde da Família). Essas variáveis compreendiam os benefícios obtidos pelos usuários por meio desses programas, os impactos destes, de forma geral (ao município, aos usuários, aos gestores, etc.), a importância dada a esses programas, na visão de seus usuários, a avaliação de ações intersetoriais, dentre outros aspectos. Essas pesquisas eram feitas por meio de entrevistas, observações, questionários, registros fotográficos, etc., caracterizando-se, primordialmente, como pesquisas exploratórias.

As pesquisas norteadas pelo eixo temático “Infra-estrutura de esporte e de lazer” representaram o segundo maior interesse dos temas abordados (16,40%), os quais consistiam em realizar o mapeamento e a caracterização dos espaços e equipamentos para o lazer, tanto públicos como privados e também a verificação do estado de conservação destes equipamentos. Algumas pesquisas verificavam, ainda, se esses espaços e equipamentos eram adequados para atender populações específicas (crianças, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais), levando-se em consideração a acessibilidade e a adequação dos mesmos, de acordo com a demanda. Para tanto, os pesquisadores faziam análise dos documentos das prefeituras, visitas de campo, registros fotográficos e observações.

Por fim, o eixo temático “Sistema Nacional de Esporte e Lazer” foi o que obteve o menor índice (1,06%), agrupando as pesquisas voltadas a analisar documentos criados

a partir das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e/ou Municipais, ou as redes de interações referentes ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Para tanto, foram realizadas análises documentais e uma pesquisa, apenas, associou entrevistas e registros fotográficos, na tentativa de compreender o funcionamento geral do sistema, bem como, seus fundamentos e referências, eixos e marcos legais, dentre outros aspectos básicos.

### **Refletindo sobre os resultados**

Os resultados apontam que as pesquisas financiadas que focalizavam as temáticas lazer e esporte recreativo estão concentradas, principalmente, nas Regiões Sul e Sudeste. Estes dados traduzem um panorama nacional econômico-social, de monopólio destas duas Regiões, em comparação às outras, podendo ser decorrente do fato de que, no que tange ao aspecto das pesquisas, estas regiões representam os locais onde está sediada a maioria das Universidades públicas e particulares do país. Além disto, também é encontrada nessas regiões uma grande quantidade de grupos de pesquisas vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este fato evidencia uma produção constante dos coordenadores e pesquisadores desses grupos, uma vez que, inclusive, muitos deles estão vinculados a programas de Pós-Graduação, o que infere a tendência de grande produtividade de pesquisas realizadas de maneira constante.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003, p. 55), em pesquisa realizada com o Ministério do Esporte, sobre a situação nos municípios brasileiros, esta disparidade entre regiões já se inicia com a quantidade de escolas do ensino básico que possui condições básicas para se investir em projetos sobre esporte e lazer.

“[...] em 2003, só 12% das escolas públicas municipais do país possuíam instalações esportivas, sendo que a região Sul apresentava o maior percentual (27,9%), seguida pelo Sudeste (26,5%), Centro-Oeste (21,3%), Norte (4,7%) e Nordeste (4,4%). A desigualdade persistia na

análise por classes de tamanho da população dos municípios. Nas cidades com até 100 mil habitantes, o percentual de escolas que dispunham de instalações esportivas variava de 7,5% a 13,4%, enquanto nos municípios com mais de 100 mil até 500 mil habitantes e de mais de 500 mil habitantes, as escolas com instalações chegavam, respectivamente, a 23,7% e 42,5%. Mais grave era a situação das escolas públicas municipais localizadas na área rural. Somente 2,5% delas contavam com instalações esportivas. Nas grandes regiões, esses percentuais variaram de 1,3% na Norte e na Nordeste a 8,2% na Sul”.

Outra característica importante refere-se ao fato de que, na Região Sudeste, também estão concentrados os principais grupos de pesquisas especificamente voltados ao estudo do lazer. São vários os exemplos neste sentido: os grupos de pesquisa da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, coordenados por professores do Departamento de Estudos do Lazer; o Laboratório de Estudos do Lazer (LEL) da Universidade Estadual Paulista; o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL) da Universidade de São Paulo, o grupo Anima da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) da Universidade Federal de Minas Gerais; o Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL) da Universidade Metodista de Piracicaba, entre diversos outros, que representam grande fonte de produção de pesquisas sobre lazer.

Pode-se notar, inclusive, maior incidência de pesquisas no estado de Minas Gerais, seguidos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O estado de Minas Gerais se justifica por ser um dos estados que mais receberam este apoio governamental e por ser um dos principais focos de estudos do lazer no Brasil, tendo sido criado, neste estado, o primeiro grupo de pesquisas relacionado à temática do lazer – o CELAR. Este grupo é vinculado ao CNPq e organiza com regularidade um curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) sobre esse tema. Além disto, também edita a revista científica *Licere*, único periódico específico da área no Brasil, presta assessorias e organiza anualmente o Seminário O Lazer em Debate. Esta instituição, também foi responsável pela criação do primeiro curso *stricto sensu* de Mestrado Acadêmico sobre Lazer no Brasil, o qual está vinculado à área Multidisciplinar, entre outras iniciativas (WERNECK; MELO, 2003).

Sobre a Região Sul, o estado que mais se destacou com número de pesquisas apoiadas pela Rede CEDES foi o Rio Grande do Sul. Este fato pode ser explicado pela incidência de grupos de pesquisa nas instituições desse estado, que desenvolvem estudos sobre Políticas Públicas, como, por exemplo, o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), com as linhas de pesquisa, “Financiamento do Esporte e Lazer no Brasil”, “Legislação da Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil”, “Planejamento, Gestão e Avaliação em Políticas Públicas Setoriais de Educação Física, Esporte e Lazer”. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) encontram-se as linhas “Políticas de Educação e Exclusão Social - Temática: Movimentos Sociais, Democracia e Política” e “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Outro dado relevante refere-se ao número de pesquisas apoiadas pela Rede CEDES nas instituições da Região Nordeste. Essa condição parece ser justificada pela crescente preocupação das Instituições de fomento à pesquisa, no sentido de ampliar o apoio a estudos, contribuindo para o crescimento das Universidades nesta região. Nota-se, que a Rede CEDES corrobora esta preocupação, partindo da premissa de que a produção do conhecimento é uma obra social coletiva, historicamente situada, resultante do trabalho pedagógico e que se desenvolve como categoria da prática, reafirmando seu apoio aos pesquisadores desta região. Na região Nordeste destacaram-se as pesquisas realizadas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), as quais apresentaram grande contribuição no desenvolvimento de estudos desde os primeiros anos de criação da Rede, agregando competência às produções referentes ao nordeste e diversos desdobramentos importantes.

Neste sentido, é evidenciada a preocupação básica da Rede CEDES para que todos se apropriem dos meios de produção do conhecimento científico, ficando patente esse apoio quando observado o investimento nas Universidades do Nordeste, Centro-Oeste e, posteriormente, na Região Norte. Entretanto, muito ainda se faz necessário avançar, quando se discutem estas disparidades regionais.

Em relação aos tipos e temas desenvolvidos nesses projetos, pode-se notar

maior ênfase nas temáticas envolvendo “memória do esporte e do lazer” (19,58%), seguidas de “infra-estrutura de esporte e lazer” (16,40%), “programas integrados de esporte e lazer” (15,34%), “gestão do esporte e de lazer” (13,23%) e “observatório do esporte” (10,58). As demais temáticas tiveram uma representatividade de menos de 10% no período que compreende entre os anos 2003 a 2010, conforme anteriormente descrito.

Nota-se, desta forma, a predominância de pesquisas preocupadas em realizar levantamentos sobre a história de alguma modalidade esportiva, ou mesmo, sobre alguns jogos e brincadeiras tradicionais, demonstrando a preocupação dos pesquisadores em resgatar fatos ou acontecimentos marcantes para a população em geral ou para uma comunidade local, os quais fizeram parte de sua história, para não caírem no esquecimento. Segundo Santos et al. (2010), a preservação de documentos é importante para que as informações possam ser acessadas futuramente, contribuindo para a formação de novos conhecimentos. Além disso, Goellner (2003) destaca a importância de se recorrer a textos, imagens, equipamentos, depoimentos orais e outros tipos de produção humana, para se tentar desvendar os valores, as sensações, ideologias, mensagens e preconceitos embutidos na época em que foram produzidos.

Desta forma, estes estudos permitem, ainda, traçar uma leitura do momento atual, possibilitando a compreensão dos processos de mudança de regras, relações com o momento histórico em questão, bem como, o contexto social no qual essas atividades estão inseridas. É possível, também, analisar esses acontecimentos e tentar compreender como se constituíram as práticas corporais atuais, por meio de informações que passam a ter algum significado. Nesse sentido, Goellner (2010), por exemplo, em levantamento sobre os estudos do Centro de Memória da Universidade Federal do Rio Grande, tem como enfoque as práticas corporais e esportivas e sua aproximação com a saúde, a educação e o lazer. Essa autora afirma que essas pesquisas podem colaborar para a compreensão da maneira como cada tempo e cada cultura elaboraram e elaboram as relações existentes entre essas temáticas.

Assim, devido às constantes mudanças e à forma acelerada com que estas se processam, se torna cada vez mais frequente a preocupação em se realizar

levantamentos de pesquisas sobre determinados temas e, nesse contexto, a memória passa a ser crucial, pois possibilita agregar sentidos à realidade em meio à dispersão e diversidade (RIBEIRO, BARBOSA, 2006). Portanto, os estudos voltados a analisar as tendências de um determinado fenômeno também são importantes ferramentas para se tentar traçar um perfil atual e, conseqüentemente, projetar pesquisas futuras, investindo em campos ainda inexplorados.

O eixo temático com a segunda maior incidência, diz respeito ao interesse dos pesquisadores em realizar levantamentos dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e lazer nos locais pesquisados. Segundo Requixa (1980), para que haja uma efetiva democracia cultural, em se tratando de Políticas Públicas, deve-se levar em consideração, não apenas o tempo disponível (o que já parece ter sido garantido com algumas leis que preveem as férias, as oito horas de serviço diário, etc.), mas também, a criação de espaços adequados e diretrizes para a animação sociocultural.

Entretanto, pelo fato de os espaços em que ocorrem as vivências do âmbito do lazer serem caracterizados como locais de encontro e convívio, estes possuem grande importância social, devendo, portanto, ser o foco de Políticas Públicas estruturantes, as quais devem atender a todos igualmente (MELO et al., 2010). Ainda, há que se pensar, não apenas na criação e instalação desses espaços e equipamentos em si, mas inclusive, em sua distribuição, acessibilidade, estado de conservação, entre outros fatores, que podem ser importantes para a efetiva contemplação do direito ao lazer, o qual deve atingir a todos igualmente.

Infelizmente, isso parece não ocorrer com tanta frequência, como constata Marcellino (2006) em seus estudos, afirmando que, nas cidades, não é comum encontrar espaços gratuitos adequados à vivência do lazer, pois estas são construídas visando à produção e voltadas para o comércio, ou seja, aquilo que for considerado improdutivo, não é interessante de se investir. Este autor salienta, ainda, que nem sempre é necessária a criação de novos espaços e equipamentos, mas sim, a conscientização de que é possível recuperá-los, revitalizá-los, conservá-los e adaptá-los. Infelizmente, a realidade atual demonstra que as próprias atividades do âmbito do lazer estão sendo encaradas como meras mercadorias, contribuindo negativamente

para uma realidade na qual, somente quem tem maior poder aquisitivo, tem acesso a determinadas atividades.

Uma das possibilidades para se minimizar esse problema, tem sido o investimento das Universidades, oferecendo programas constituídos por oportunidades de vivências de atividades do contexto do lazer, bem como, do esporte recreativo, às pessoas da comunidade em geral, ou populações específicas. Esse fato pode ser confirmado no presente estudo, na qual esta temática é alvo do terceiro tema mais abordado dentre as pesquisas aqui analisadas, subsidiando reflexões importantes para a formulação de novas Políticas Públicas.

Alguns documentos já preveem, inclusive, a sugestão dessas propostas. É o caso da Carta Internacional de Educação para o Lazer (WLO, 1993), elaborada e aprovada no Seminário Internacional da antiga Associação Mundial de Recreação e Lazer - *World Leisure and Recreation Association* (WLRA), em Jerusalém-Israel, em evento realizado no período de 2 a 4 de agosto de 1993 e ratificada pelo conselho da WLRA em Jaipur na Índia, em dezembro de 1993. Neste documento, o lazer é considerado como um direito humano básico, da mesma forma que educação, trabalho e saúde e ninguém deve ser privado ou discriminado em relação a esse direito, sem exceções. Esta Associação, fundada em 1952, representa uma ONG formada por um grupo de pessoas e outras entidades dedicadas a desvelar e ampliar as perspectivas de tornar o lazer uma força para implementar o bem-estar e a possibilidade de crescimento e desenvolvimento humano. Na atualidade, esta entidade alterou seu nome para *World Leisure Organization* (WLO), mas continua cumprindo suas metas de disseminação de valores sobre o lazer pelo mundo, com base em reuniões regionais, eventos internacionais e um periódico científico.

No que se refere à acessibilidade, esse documento citado sugere o ensino dos princípios do lazer, além da organização de trabalhos com grupos comunitários, minimizando as barreiras e otimizando o acesso aos serviços, por meio de programas de intervenção direta, indireta, de fomento e de suporte, os quais devem ser oferecidos pelo governo, organizações não-governamentais e Instituições de ensino superior (WLO, 1993).

É interessante salientar que, pela análise dessas pesquisas, pode-se constatar que muitas delas se preocupavam, não apenas em proporcionar o contato das pessoas com algumas atividades, mas, principalmente, em propiciar o profundo envolvimento com as mesmas. Isto se dava para que, por meio de seu desenvolvimento, se pudesse compreender melhor esse fenômeno, promovendo uma mudança de valores e o desenvolvimento do senso crítico da população, para então, passar a exercer a cidadania. Afinal, como já exposto por Dumazedier (1980), o lazer deve ser visto, não somente pela ótica do descanso e divertimento, mas também, como possibilidade de desenvolvimento nos níveis pessoal e social. Para isso, deve ser valorizada a formulação de Políticas Públicas no campo do esporte recreativo e de lazer cuja elaboração se proceda em parcerias com outros campos políticos, como educação, saúde, transportes e demais áreas sociais (MARCELLINO, 2008), reafirmando a necessidade de investimentos na intersetorialidade.

Destacam-se, também, as iniciativas que visam verificar questões relativas à gestão dessas atividades a serem oferecidas, pois não haveria sentido apenas pensar em expansão de Políticas Públicas, sem se ter o gerenciamento adequado das mesmas (REQUIXA, 1980). Viera e Fernandes (2008), por exemplo, constataram, em seus estudos, que há um intenso desperdício de investimentos em recursos, tanto financeiros (devido à falta de controle e planejamento de gastos), como humanos (mão-de-obra atuante frequentemente não é qualificada). Essa também foi a preocupação de algumas pesquisas analisadas, especialmente no que diz respeito à formação e à capacitação de quadros para a atuação, as quais investigaram, desde os conteúdos da grade curricular da graduação de pessoas atuantes, até os conhecimentos adquiridos durante a prática. Este aspecto merece grande subsídio de reflexão quando da formulação de novas políticas.

Uma das temáticas pouco abordada pelas pesquisas foi “Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer” e que, talvez, pudesse ser melhor explorada, por exemplo, como temática de novos editais, dada a sua importância. Cohen e Franco (2007) definem a avaliação de políticas sociais como um processo de verificação acerca da eficácia dos programas, segundo seus objetivos, bem como, a eficiência na

alocação dos recursos para a consecução dos mesmos. Estas iniciativas podem ser feitas em qualquer momento do projeto (antes, durante ou depois de sua implementação), ou mesmo, de forma longitudinal, acompanhando-se o processo e seus desdobramentos posteriores. Assim, alguns aspectos devem ser levados em consideração para que esses projetos possam continuar a atender a demanda da melhor forma possível, em um constante processo de retroalimentação.

A própria Rede CEDES ainda não possui um sistema de avaliação continuado dos projetos financiados, o que poderia ser um importante investimento futuro, visando, não apenas a avaliação por parte dos gestores, mas também, dos pesquisadores e dos usuários e beneficiários. Uma iniciativa que, ao menos, já incentiva os pesquisadores a visarem à implementação de qualidade em suas pesquisas foi a criação do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer, o qual tem o intuito de “[...] incentivar, apoiar e valorizar produções técnicas, científicas e pedagógicas, que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação e inovação de Políticas Públicas de esporte e lazer” (BRASIL, 2009, p.11). Esse Prêmio já se encontra em fase de execução de sua segunda edição, o qual está subdividido em diferentes categorias, premiando os três melhores trabalhos de cada categoria, algumas em nível regional, outras em nível nacional.

O que ficou patente nesta análise sobre as ações da Rede, é que esta, no seu processo de crescimento, desde 2003 até o presente momento, tenta estreitar as relações com e entre as Universidades do país, promovendo o contato direto com os coordenadores e pesquisadores dos projetos, por meio de encontros anuais, reuniões, entre outras iniciativas. Estas diretrizes proporcionam, assim, trocas de experiências, bem como, o incentivo constante para a realização de novas parcerias entre as Instituições, o que repercute sensivelmente na qualidade da produção apresentada a cada ano e na perspectiva de inclusão de Centros produtores de pesquisas em todas as regiões do país.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Esporte. **Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social 1ª Edição**: Coletânea de Premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.
- BRASIL. **Suplemento de Esporte e Lazer** - Pesquisa Perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Governo Federal, IBGE, 2003.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- GOELLNER, S. V. Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.527-536, abr./jun. 2010.
- GOELLNER, S. V. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do centro de memória do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.25, n.1, p.199-207, set. 2003.
- MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas de lazer**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.11-16.
- MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.65-92.
- MELO, F. R. L. V. et. al. Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do Natal/RN. **Licere**, Belo Horizonte, v.13, n.2, p.1-19, jun. 2010.
- MELO, V. A.; WERNECK, C. L. G. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, jan./abr., 2003.
- REQUIXA, R. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RIBEIRO, A. P. G. e BARBOSA, M. Memórias, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**: Dossiê, Ciberativismo Latino-Americano, São Paulo, v.28, n.47, p.99-101, 2007.
- SANTOS, A. O, et al. Panorama da produção dos cadernos de biblioteconomia da UFPE: a importância da preservação e acesso à memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA

DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. Os desafios do profissional da informação frente às tecnologias e suportes informacionais do século XXI: lugares de memória para a biblioteconomia 18 a 24 de julho de 2010. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010, p.1-15.

VIEIRA, L. H. S.; FERNANDES, C. C. P. Aspectos da Estrutura e Funcionamento do Departamento Municipal de Esportes de Viçosa- MG. In: Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG), 3. 2008, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, nov.2008.

WORLD LEISURE ORGANIZATION (WLO) **Community Development**: World Leisure International Position Statement on Leisure Education and Community Development. Drafted and Approved at the WLRA/ELRA International Seminar on Leisure Education and Community Development, Jerusalem, Israel, September 1993, Ratified by the WORLD LEISURE BOARD. Disponível em:  
[http://www.worldleisure.org/about/publications/position\\_statement.php](http://www.worldleisure.org/about/publications/position_statement.php). Acesso em: 15 set. 2010.

4. **ARTIGO 2 - Análise dos projetos financiados pela Rede CEDES, a partir dos dados coletados nas dependências do Ministério do Esporte**  
Submetido à Revista Informação & Sociedade: Estudos (ANEXO 3)

**ACESSO PÚBLICO A INFORMAÇÕES: ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE A REDE CEDES EM LIVRO E EM SITES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**RESUMO**

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar os dados referentes aos projetos financiados pela Rede CEDES, com o intuito de se identificar as congruências e incongruências entre as informações disponibilizadas ao acesso público, como uma forma de contribuir para a transparência das Políticas Públicas de lazer, possibilitadas pelo e-gov. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória, a qual utilizou dois diferentes tipos de fontes de pesquisa, sendo elas: O livro *Gestão da Informação sobre Esporte Recreativo e Lazer: Balanço da Rede CEDES* e os *sites* da Rede CEDES do Ministério do Esporte e do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC). Os dados coletados foram ilustrados por meio de tabelas para melhor visualização dos mesmos. Para a análise dos dados, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo Temático. Os resultados indicam que as informações postadas pelo Ministério do Esporte em seu *site* não condizem com os dados disponibilizados no referido livro e nos *sites* da Rede CEDES e do RIRC. Tornam-se necessários diversos ajustes na forma de disseminação das informações sobre esporte recreativo e lazer em *sites* oficiais com acesso público, no sentido de aumentar a visibilidade, a divulgação e a transparência das ações em Políticas Públicas.

**Palavras-chave:** *Site*. Repositório. Políticas Públicas.

**PUBLIC ACCESS TO INFORMATION: ANALYSIS OF DOCUMENTARY SOURCES ON REDE CEDES IN BOOK AND IN WEBSITES OF THE MINISTRY OF SPORTS**

**ABSTRACT**

This qualitative study aimed to analyze the data related to projects sponsored by Rede CEDES, identifying the congruence and incongruence between the information available to public access as a way of contributing to the transparency of Leisure Public Policy enabled by e-gov. The study was developed through exploratory research, which used

two different types of research sources, namely the book Information Management on Recreational Sport and Leisure: Balance of Rede CEDES and the sites of Rede CEDES and of the Institutional Repository from Rede CEDES (RIRC). The collected data were illustrated by figures for better visualization. The technique of Thematic Content Analysis was used for data analysis. The results indicate that the information posted by the Sports Ministry on its website are not consistent with the data available in the book and in RIRC site. Several adjustments are required in the form of dissemination of information on recreational sports and leisure at the official sites with public access, in order to increase visibility, dissemination and transparency of Public Policy actions.

**Keywords:** Site. Repository. Public Policy.

## **Introdução**

Observa-se, na última década, um crescente aumento da produção científica sobre Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil, alavancado pela multiplicação de grupos de pesquisas, disciplinas e linhas de pesquisa que discutem atualmente este tema. Da mesma forma, espaços acadêmicos e de produção do conhecimento têm destinado canais específicos para esta temática, como o Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas, promovido pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e algumas edições das revistas Motrivivência, Licere, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e Revista Brasileira de Ciência & Movimento.

Outro importante fator que contribuiu significativamente para o aumento das pesquisas científicas relacionadas às Políticas Públicas de esporte e lazer foi a criação do Ministério do Esporte, em 2003, e a posterior implantação da Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e Lazer (CEDES) que, juntamente com o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), integra o conjunto de ações destinadas ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. Essa Rede é composta por grupos de pesquisa de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, sem fins lucrativos, que se constituem em Núcleos, os quais recebem subsídios do governo federal, tendo o objetivo, inicialmente, de produzir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e Políticas

Públicas de esporte recreativo e de lazer, fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais. A Rede CEDES visa contribuir, tanto para a qualificação das demais ações do PELC, como para a capacitação de gestores, agentes e estudiosos da temática no Brasil e em outros países (BRASIL, 2012).

A Rede CEDES representa uma ação importante na ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e pelo investimento na gestão, sistematização e socialização do conhecimento produzido pela Rede. Essa importância pode ser reconhecida com base na pesquisa induzida intitulada *Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES*, a qual foi realizada pelos pesquisadores do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, Departamento de Educação Física, Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro). Esse estudo promoveu um balanço de todas as pesquisas já financiadas pela Rede, por meio do qual foi possível se ter uma visão geral de todo o investimento público feito até o momento, com um levantamento dos dados provenientes desses convênios, sendo evidenciadas informações históricas relevantes sobre seus resultados e seus protagonistas (SCHWARTZ et al., 2010).

Outra estratégia de ação que se destacou nesse momento vivido pela Rede foi a criação do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC), implantado pelo Núcleo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual tem como objetivo preservar a produção da Rede, por meio do arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações de seus pesquisadores. O Repositório permite o gerenciamento da produção científica no meio digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo, por meio de um padrão de comunicação rápido, seguro e de qualidade, em relação às produções da Rede, aos pesquisadores e demais públicos beneficiados (BRASIL, 2012).

Um Repositório Institucional pode ser considerado, tanto uma ferramenta, quanto uma estratégia para maximizar a visibilidade de pesquisas, ou seja, um meio de se proporcionar a gestão do conhecimento. Além disso, qualquer agência financiadora de pesquisa, especialmente as públicas, deveria ter uma política de uso garantindo que os

resultados oriundos das pesquisas financiadas (sejam eles expressos por meio de artigos ou qualquer outro tipo de produção), fossem depositados em um Repositório adequado e disponibilizados em acesso aberto (ROSSINI, 2012).

Desta forma, esse instrumento poderia contribuir, tanto para a disseminação do conhecimento, quanto para a consolidação de outra iniciativa importante, referente ao Governo Eletrônico (e-gov), que representa um domínio de divulgação das ações ministeriais, com acesso público. Se estas iniciativas forem geridas com eficiência, podem ser um meio de se ter acesso à produção científica e de outras informações relevantes de forma gratuita e, ainda, justificar o investimento público à sociedade, melhorando a eficiência da gestão pública. Entretanto, este e outros instrumentos só vão conseguir potencializar a troca de conhecimento entre as diversas comunidades científicas e sociedade de forma geral, se utilizados em sua plenitude (COSTA; LEITE, 2006), ou seja, se pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e o público em geral puderem usufruir estas ferramentas para reunir, preservar, consultar, divulgar, interagir e criticar as informações ali contidas.

Entretanto, algumas inquietações surgem, ao se questionar se as informações divulgadas no *site* do Ministério do Esporte são eficientemente gerenciadas e se efetivamente representam claramente as ações desse Ministério. Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os dados referentes aos projetos financiados pela Rede CEDES divulgados no *site* do Ministério do Esporte, nos *sites* da Rede CEDES e do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC), comparando-os aos dados constantes na pesquisa induzida pelo Ministério do Esporte intitulada *Gestão da Informação sobre Esporte Recreativo e Lazer: Balanço da Rede CEDES*, apontando as congruências e incongruências entre as informações disponibilizadas ao acesso público. Esta iniciativa almeja representar uma forma de contribuir para a transparência das políticas de lazer e ampliar as potencialidades envolvendo o governo eletrônico (e-gov), o qual representa um importante canal de comunicação entre as Políticas Públicas geradas em nível ministerial e a sociedade brasileira.

## Método

O presente estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória, a qual utilizou dois diferentes tipos de fontes de pesquisa: um livro e a internet. O livro *Gestão da Informação sobre Esporte Recreativo e Lazer: Balanço da Rede CEDES* (SCHWARTZ et al., 2010) foi utilizado como uma das bases da pesquisa por apresentar informações referentes aos projetos financiados pela Rede CEDES, as quais foram coletadas por pesquisadores acadêmicos nas próprias dependências da então Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer (SNDEL), atualmente extinta, a partir de documentos oficiais lá arquivados. Já a pesquisa na internet, constou do acesso aos *sites* da Rede CEDES e do RIRC, sendo que o primeiro deles é gerenciado por funcionários do Ministério do Esporte e o segundo, depende de documentos a serem postados pelos próprios pesquisadores da referida Rede.

Os dados coletados no livro foram, sobretudo, os demonstrados no capítulo *Sugestões de implementação: proposta de modelo de relatório e catálogo de pesquisas* (SANTIAGO et al., 2010), pois trazem informações relativas aos projetos em forma de tabela sistematizada. Já as coletas realizadas nos *sites*, durante o período de outubro de 2011 a janeiro de 2013, estão melhor detalhadas na sequência.

A página inicial do *site* da Rede CEDES apresenta-se, no momento da coleta de dados desse estudo, conforme a figura que segue (sem as marcações em destaque):

Figura 1. Página inicial da Rede CEDES.

The image shows the homepage of the Rede CEDES website. At the top, there is a header for the 'Ministério do Esporte' with 'Acesso à Informação' and 'BRASIL' logos. Below this is a navigation bar with links like 'PÁGINA INICIAL', 'CONTATOS', 'WEDMAX', and 'ÁREA RESTRIITA'. A large banner features a woman's face and the text 'Clique aqui e confira o portal Brasil Voluntário'. The main content area is divided into two columns. The left column, titled 'Informações Gerais', contains a list of links: Início, Apresentação, Rede Cedes, Princípios Gerais, Diretrizes, Finalidades, Estratégias de Ação, Objetivos, Pesquisas Semi-Induzidas e Induzidas, Manual de Convênio, Núcleos, Pesquisas Realizadas e em Andamento 2003 - 2010, Chamada Pública, Como Participar, Publicações Científicas, Observatório do Torcedor, Links, and Repositório Digital. The right column, titled 'Rede CEDES', features the logo and the full name 'Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer'. Below this, it lists projects for the state of SP: UNICAMP - 2007, USCS/IMEB1-2003-2004, UNIMEP - 2009-2007, and UNICAMP - 2008, with a total of 4 projects. A map of Brazil is shown below the list, with the state of São Paulo highlighted in green. At the bottom, it states 'Núcleos atendidos: 55' and 'Projetos atendidos: 99'.

Fonte: <http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/default.jsp>

Observa-se, nessa página, a possibilidade de explorar diversos conteúdos, dos quais foram focalizados nesta pesquisa apenas os dados relacionados aos projetos financiados pelo Ministério do Esporte. Nesse sentido, já na página inicial, tem-se a possibilidade de se visualizar os Núcleos atendidos pelo Brasil inteiro, divididos por cada um dos estados, além do Distrito Federal, clicando-se no estado desejado. Dessa forma, foram explorados todos os estados brasileiros, um a um, nos quais são disponibilizadas informações detalhadas acerca dos respectivos Núcleos e pesquisas (ano de desenvolvimento da pesquisa, título da pesquisa, nome do(s) coordenador(es) do projeto, grupos de estudos envolvidos), conforme está ilustrado na Figura 1 (Exemplo em destaque indicado pela seta vermelha: Estado: SP; UNICAMP – 2007, USCS (IMES) – 2003-2004, UNIMEP – 2003-2007, UNICAMP – 2008; Total: 4). Nota-se, ainda, que, à esquerda, existem diversos ícones (destacados pelo retângulo em vermelho) que podem direcionar a página para outros conteúdos, dos quais foram coletados para a presente pesquisa os dados constantes nos ícones *Núcleos e Pesquisas Realizadas e em Andamento 2003-2010*.

A página dos Núcleos apresenta uma breve explicação sobre o que vem a ser os Núcleos, seguida de uma tabela com a quantidade de estados, núcleos, pesquisas e projetos que constituem a Rede, e ainda, a lista das IES que representam os Núcleos, divididos pelas diferentes regiões do Brasil. Já a página das Pesquisas apresenta as cinco regiões brasileiras, as quais redirecionam o leitor para cada uma delas, apresentando somente o título de cada um dos projetos financiados, juntamente com a sigla de suas respectivas IES. Todos esses dados foram ilustrados posteriormente, na apresentação dos resultados.

Ainda na página inicial da Rede CEDES, uma das opções de ícones (destacado na Figura 1 em azul) é o direcionamento para a página de apresentação do *site* do Repositório Institucional, o qual está ilustrado na Figura 2.

**Figura 2.** Página de apresentação do RIRC.

A rede CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte, sob a responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, integrante da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. CEDES é a sigla que representa os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer. Foi criada no ano de 2003, no início do primeiro governo Lula, passando depois a integrar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

O Repositório Institucional da Rede CEDES vem cumprir um papel de múltiplas possibilidades para a Educação Física, Esporte e Lazer. Ao reunir, preservar e disponibilizar organizadamente a produção científica decorrente das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES, o repositório dá visibilidade a estes conhecimentos reunidos num mesmo espaço digital, cujo acesso por meio de um endereço comum facilita as consultas dos usuários.

Esse projeto de informação/documentação esportiva, que é o Repositório Institucional da Rede CEDES é fruto de uma parceria entre o DCTEC/SNDEL/Ministério do Esporte e o LaboMídia/UFSC, responsável pela implantação e administração do projeto, com apoio técnico do NPD/UFSC. Tem por objetivo reunir, preservar, organizar e disponibilizar produção científica resultante das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES.

**A Rede CEDES**

**R.I. Rede CEDES**

**Apresentação**

**Política de uso**

**REDE CEDES**  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER

Equipe Gestora  
Coordenador: Giovanni De Lorenzi Pires (LaboMídia/UFSC)  
Suporte Técnico: Rodrigo Ferrari (LaboMídia/UFSC)  
Suporte Editorial: Ari Lazzarotti Filho (UFG)  
Desenvolvedor de sistemas: Kátia Juca (NPD-UFSC)

projeto: LaboMídia  
parceiros: UFSC  
apoio: BRASIL

CONTATO: repositório.redecedes@gmail.com

Fonte: <http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/>

Conforme se visualiza na Figura 2, nessa página estão disponibilizadas informações sobre a Rede CEDES, uma apresentação do RIRC e sua política de uso e, ainda, um ícone de direcionamento para a página principal do RIRC (destacado na figura pela seta vermelha). Nessa base de dados, é possível visualizar todas as IES que possuem ou já possuíram algum projeto financiado pela Rede, bem como, postagens de seus projetos (extratos de relatórios) e produções (projetos e relatórios, artigos publicados em congressos ou revistas, livros e capítulos de livros). Desta forma, foram visitados os *links* contendo as informações de cada uma das IES, bem como, seus respectivos projetos e produções, as quais foram coletadas e tabuladas para posterior análise.

Os dados coletados foram ilustrados por meio de tabelas, para melhor visualização dos mesmos. Para a análise dos dados, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo Temático (BARDIN, 2009). Este é um instrumento que permite a descrição, a decomposição, a análise, a compreensão e a classificação dos processos

vivenciados, evidenciando apenas os elementos mais relevantes para o estudo, conforme evidenciam Richardson (1999) e Bardin (2009). Desta forma, os dados foram categorizados a partir dos Núcleos que constituem a Rede e dos dados disponibilizados no RIRC.

## **Resultados**

Primeiramente, fazem-se necessários esclarecimentos sobre alguns termos utilizados nas diferentes fontes de pesquisa. Os projetos apoiados pela Rede CEDES são desenvolvidos por grupos de pesquisas consolidados, os quais devem pertencer a alguma IES (assim referenciados no livro analisado) e que são denominados pela Rede, no *site* do Ministério do Esporte, como *Núcleos*. Já no *site* do RIRC, esses Núcleos são denominados *Comunidades*. Ainda, outro termo que se apresenta de forma diferenciada nas fontes é relacionado aos projetos em si, sendo referenciados como *convênios e pesquisas*, no livro; *pesquisas realizadas e em andamento*, no *site* da Rede; e *coleção PROJETOS*, no RIRC.

### **Núcleos/ IES/ Comunidades**

Segundo consta no *site* do Ministério do Esporte, no *link Núcleos*, a Rede CEDES envolve 59 IES e está implantada em 21 estados, distribuídos nas 5 regiões do Brasil, incluindo, ainda, o Distrito Federal. Entretanto, essas informações não condizem com os dados disponibilizados no livro e no RIRC, nem mesmo no próprio *site* do Ministério, o qual indica, em sua página inicial, 55 núcleos atendidos. Estes dados estão demonstrados na Tabela 1.

**Tabela 1.** Instituições de Ensino Superior que compõem a Rede CEDES, com seus respectivos anos de desenvolvimento de pesquisas, de acordo com as informações contidas na página inicial da Rede, na página do *link* Núcleos, no livro e no RIRC.

IES – ANO	Página inicial	Link Núcleos	livro	RIRC
<b>REGIÃO NORTE</b>				
1. Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – 2007, 2009	X	X	X	X
2. Universidade Federal do Amapá (UFAP) – 2009		X	X	X
3. Universidade Federal do Pará (UFPA) – 2007	X	X	X	X
4. Universidade Estadual do Pará (UEPA) – 2010-2011		X		X
5. Universidade Federal de Rondônia (UFRO) – 2007	X	X	X	X
6. Universidade Luterana do Brasil de Rondônia (ULBRA-RO) – 2007	X	X	X	X
<b>REGIÃO NORDESTE</b>				
7. Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – 2009		X	X	
8. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – 2003/2004, 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
9. Universidade do Estado da Bahia (UEBA) – 2009		X	X	
10. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – BA – 2009		X	X	X
11. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - 2003/2004, 2006, 2007, 2009	X	X	X	X
12. Universidade Estadual de Pernambuco (UEPE) – 2007	X	X	X	X
13. Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF – PE		X		
14. Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFET/RN) - 2003/2004, 2006, 2007, 2008	X	X	X	
15. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – 2009	X	X	X	X
16. Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – 2006, 2007, 2009	X	X	X	X
17. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – 2009	X	X	X	X
18. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - 2008, 2009	X	X	X	
19. Universidade Federal do Sergipe (UFSE) – 2007, 2009	X	X	X	X
<b>REGIÃO SUDESTE</b>				
20. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2005, 2006, 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
21. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – 2007, 2009	X	X	X	X
22. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG) - 2008, 2009	X	X	X	X
23. Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG) – 2009		X	X	
24. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-MG)		X		
25. Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG) - 2003/2004	X	X	X	X
26. Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG) – 2009		X	X	X
27. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJDR – MG) – 2009		X	X	X
28. Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep-SP) - 2006, 2009	X	X	X	X
29. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP) – 2007,	X	X	X	X

2009				
30. Universidade São Paulo (USP-Ribeirão Preto) - 2008		X	X	
31. Universidade São Paulo (USP-SP) – 2007		X	X	X
32. Universidade São Paulo (USP Leste-SP)		X		
33. Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES-SP) - 2003/2004, 2007	X	X	X	X
34. Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) - 2003/2004, 2009			X	X
35. Instituição Educacional São Miguel Paulista – SP		X		X
36. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP -Rio Claro/SP) – 2009		X	X	X
37. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 2005, 2006, 2008	X	X	X	X
38. Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) - 2006, 2007, 2009	X	X	X	X
39. Associação Educacional Veiga de Almeida (AEVA – RJ) – 2009		X	X	X
40. Universidade Gama Filho (UGF-RJ) - 2008		X	X	X
41. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – 2007, 2009	X	X	X	X
<b>REGIÃO SUL</b>				
42. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 2005, 2006, 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
43. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS) - 2006, 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
44. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS) – 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
45. Universidade Luterana do Brasil do Rio Grande do Sul (ULBRA-RS) – 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
46. Universidade Federal de Pelotas – (UFPEL-RS) – 2003/2004, 2005, 2008	X	X	X	X
47. Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - 2006, 2007, 2009	X	X	X	X
48. Fundação do Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Univates-RS) - 2008	X	X	X	X
49. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - 2003/2004, 2006, 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
50. Universidade do Contestado – SC – 2009		X	X	
51. UNESC – Criciúma		X		X
52. Universidade Federal do Paraná (UFPR) – 2007, 2008, 2009	X	X	X	X
53. Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR) - 2008, 2009	X	X	X	X
54. Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ) – 2003/2004			X	
<b>REGIÃO CENTRO OESTE</b>				
55. Universidade de Brasília (UnB – DF) – 2005, 2006, 2008, 2009	X	X	X	X
56. Universidade Católica de Brasília (UCB – DF) – 2009		X	X	X
57. Universidade Federal de Goiás (UFG) – 2007, 2009	X	X	X	X
58. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – 2007	X	X	X	X
59. Universidade Federal do Mato Grosso – (UFMT) – 2009	X	X	X	X
60. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB – MS) - 2008, 2009	X	X	X	X
61. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERPE)– MS – 2009		X		

Nota-se, na Tabela 1, que, das 61 IES descritas, duas delas não aparecem no *link* dos Núcleos, 23 dessas IES não constam na página inicial da Rede CEDES, 7 não foram citadas no livro e 12 não estão cadastradas no RIRC. Observa-se, ainda, que as IES que não foram citadas no livro, também não constam na página inicial da Rede, assim como, a maioria dos Núcleos não cadastrados no RIRC, também não está demonstrada na página inicial do Ministério. Assim, percebe-se que as maiores incongruências estão entre as informações do próprio Ministério, especialmente as apresentadas em sua página inicial, o que demonstra que não basta disponibilizar as informações, por meio do acesso aberto, mas, é preciso também saber organizá-las da melhor maneira possível, pois, na ausência de uma gestão documental adequada, a maioria dos documentos acaba perdendo rapidamente seu valor para uma instituição (FELIX; SILVA, 2010), o que não é interessante para a comunidade acadêmica.

Neste sentido, Ramos, Andretta e Silva (2012) afirmam que, diante da necessidade de se disponibilizar as publicações científicas para a sociedade, desenvolvidas no Brasil em sua maioria pelas IES, torna-se importante a criação de Repositórios Institucionais, pois, os mesmos podem contribuir para a visibilidade da produção acadêmica, por meio do acesso aberto às informações neles contidas. Além disso, um Repositório Institucional possibilita reunir, divulgar e preservar a produção científica de uma instituição, por meio de arquivos digitais, e favorece, ainda, a transparência aos investimentos em pesquisa no país (PAVÃO; SOUSA; CAREGNATO, 2009).

Marcondes e Sayão (2009) definem um Repositório Institucional como uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso, via internet, à produção científica de uma determinada instituição, tornando-se uma peça fundamental para a consolidação de um sistema brasileiro de acesso aberto à produção científica do país. Além disso, o livre acesso a resultados de pesquisa maximiza e acelera, tanto o impacto das pesquisas, como aumenta sua produtividade, progresso e recompensas (BRODY; HARNAD, 2004).

E foi exatamente baseado nesses princípios, de um movimento mundial a favor da promoção do acesso aberto à informação e ao conhecimento científico, que o RIRC

foi criado, com o apoio do Ministério do Esporte. Esse Repositório permite a qualquer cidadão ter acesso às pesquisas realizadas pelos Núcleos, bem como, a toda a produção oriunda destas pesquisas, as quais dependem do autoarquivamento a ser realizado pelos próprios pesquisadores.

Entretanto, a criação e a implantação de um Repositório Institucional não garantem, por si só, o avanço das pesquisas. Existem outros fatores, como por exemplo, o cadastramento e a inserção de informações, bem como, a frequência de acessos às mesmas, que, se não forem bem explorados, não atingirão os objetivos de um Repositório. Neste sentido, com o intuito de se verificar a eficácia do RIRC referente à Rede CEDES do Ministério do Esporte, foram coletados todos os dados nele disponibilizados, os quais foram tabulados e foram apresentados na sequência.

## **DADOS DO RIRC**

Com a implantação do RIRC, tornou-se possível obter informações sobre os projetos financiados pela Rede CEDES, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do projeto em si, quanto às produções relacionadas às pesquisas em andamento, dos quais todos estes dados podem ser alterados ou inseridos pelos próprios pesquisadores da Rede, sem depender de terceiros, o que possibilita a sua constante e rápida atualização. Neste sentido, foram coletadas todas as informações contidas em cada um dos *links* referentes a cada uma das IES cadastradas no Repositório, com o intuito de se realizar um levantamento de todas as postagens feitas pelos pesquisadores, as quais estão ilustradas na Tabela 2.

**Tabela 2.** Dados do RIRC (período de outubro de 2012 a janeiro de 2013).

IES	ARTIGO CONG./ REVISTA/ RESUMO	LIVRO/ CAP.	EXTRATO	OUTROS
<b>REGIÃO NORTE</b>				
1. Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	---	---	---	---
2. Universidade Federal do Amapá (UFAP)	---	---	---	---
3. Universidade Federal do Pará (UFPA)	---	---	---	---
4. Universidade Estadual do Pará (UEPA)	---	---	---	---
5. Universidade Federal de Rondônia (UFRO)	---	---	---	---
6. Universidade Luterana do Brasil de Rondônia (ULBRA-RO)	---	---	---	---
<b>REGIÃO NORDESTE</b>				
7. Universidade Federal da Bahia (UFBA)-	---	2/ 0	---	---
8. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – BA)	0/ 1/ 0	---	---	---
9. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	---	---	---	---
10. Universidade Estadual de Pernambuco (UEPE)	---	---	---	---
11. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	---	1/ 0	---	---
12. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2/ 0/ 0	1/ 2	4	---
13. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1/ 0/ 0	1/ 0	---	---
14. Universidade Federal do Sergipe (UFSE)	8/ 1/ 0*	---	---	1 Relatório Completo
<b>REGIÃO SUDESTE</b>				
15. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	---	2/ 0	1	---
16. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	---	2/ 0	2	1 Relatório
17. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG)	---	---	---	---
18. Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG)	---	---	---	---
19. Fundação de Ensino Superior de Passos (UEMG)	---	1/ 0	---	---
20. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJDR – MG)	---	1/ 0	1	---
21. Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep-SP)	---	3/ 0	---	---
22. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP)/ UCDB	---	---	---	---
23. Universidade São Paulo (USP-SP)	---	1/ 0	1	---
24. Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES-SP)	---	---	---	---
25. Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	---	1/ 0	---	---
26. Instituição Educacional São Miguel Paulista – SP	---	---	---	---
27. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP -Rio Claro/SP)	---	1/ 0	---	---
28. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	---	1/ 0	---	---
29. Universidade Federal Fluminense (UFF - RJ)	---	---	---	---
30. Associação Educacional Veiga de Almeida (AEVA – RJ)	---	1/ 0	---	---
31. Universidade Gama Filho (UGF-RJ)/ UFRGS	---	---	---	---

32. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	---	---	---	---
<b>REGIÃO SUL</b>				
33. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	0/ 5/ 0	---	3	---
34. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS)	2/ 0/ 0	1/ 0	1	---
35. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS)	---	---	---	---
36. Universidade Luterana do Brasil do Rio Grande do Sul (ULBRA-RS)	---	---	---	---
37. Universidade Federal de Pelotas – (UFPEL-RS)	---	---	---	---
38. Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1/ 0/ 1	2/ 0	4	---
39. Fundação do Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Univates-RS)	---	---	---	---
40. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	4/ 0/ 0	---	4	1 Dissertação; 1 Projeto
41. UNESCO – Criciúma				
42. Universidade Federal do Paraná (UFPR)	5/ 0/ 0	---	---	5 resumos dos projetos
43. Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR)	3/ 0/ 0	---	1	1 Vídeo; 1 Audio
<b>REGIÃO CENTRO OESTE</b>				
44. Universidade de Brasília (UnB - DF)	---	3/ 0	---	---
45. Universidade Católica de Brasília (UCB - DF)	---	1/ 0	---	---
46. Universidade Federal de Goiás (UFG)	---	---	2	---
47. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	---	---	---	---
48. Universidade Federal do Mato Grosso – (UFMT)	---	1/ 0	1	---
49. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB - MS)/ UNICAMP	---	---	---	---
<b>TOTAL</b>	26/ 7/ 1	27/ 2	25	11

\*Dos 8 artigos publicados em eventos, 4 estavam depositados no ícone projetos e os outros 4 no ícone produções.

Observa-se, na Tabela 2, que há, no total, o registro de 26 artigos apresentados em congressos, 7 publicações em revistas, 1 resumo de trabalho, 27 livros, 2 capítulos de livros, 25 extratos de relatórios e outras 11 postagens diversas, totalizando 99 arquivos. Desta forma, ao se compararem os dados provenientes do livro Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES, pode-se afirmar que há uma defasagem muito grande nos arquivos do RIRC, pois, segundo Tavares (2010), foram contabilizados no livro 226 artigos (publicados em anais e periódicos), 317 resumos apresentados em congressos, 92 livros, 80 capítulos de livros, 44 extratos

de relatórios e outros 394 itens citados pelos pesquisadores (*home pages*, organização de eventos, palestras, cartilhas, etc.), resultando em um total de 1.153 produções de diversos tipos.

Estes números demonstram que somente 8,59% do que já havia sido produzido pelos grupos de pesquisa envolvidos com a Rede CEDES foram publicados no RIRC até a data da coleta destes dados, ou seja, o Repositório não está atendendo à expectativa desejada. Ferrari (2012) corrobora este dado, ao demonstrar que somente 22% de extratos de relatórios e 15% do total das produções haviam sido postados até o momento de sua coleta, afirmando haver uma subutilização do RIRC.

Cabe ressaltar que os dados apontados no livro foram coletados em 2010, os apresentados por Ferrari são de 2012 e a coleta da presente pesquisa finalizada em janeiro de 2013. Sendo assim, essas informações podem apresentar uma discrepância ainda maior, pois, possivelmente, os pesquisadores já elevaram o número de suas produções quando comparados aos anos de 2010 e 2012.

Neste sentido, Leite (2009) afirma que a construção de Repositórios Institucionais de acesso aberto não se resume apenas à instalação e configuração de um *software*. Mas, existem vários outros fatores que devem ser discutidos antes, durante e depois de todo esse processo, sobretudo os relacionados ao cenário no qual será inserido, para que possam realmente contribuir para a melhoria do sistema de comunicação da ciência e, conseqüentemente, o avanço científico.

Diversos podem ser os motivos para esses baixos indicadores das produções postadas no RIRC, como por exemplo, certa falta de compromisso dos coordenadores dos grupos de pesquisa, conforme citado por Starepravo (2011), o qual, para a realização de sua pesquisa, enviou 68 questionários aos coordenadores dos núcleos e obteve um baixíssimo índice de retorno (somente 9 retornaram). Da mesma forma aconteceu no Balanço realizado por Schwartz et al. (2010), encomendado pelo próprio Ministério do Esporte como pesquisa induzida. A este respeito, Van Westrienen e Lynch

(2005) ainda citam outros fatores que podem explicar a baixa participação dos pesquisadores em um Repositório, tais como, a falta de esclarecimento a respeito da propriedade intelectual, o receio do uso indevido do material arquivado (plágio), o entendimento de que os conteúdos de livre acesso sejam de baixa qualidade e a falta de políticas obrigatórias para as postagens.

Neste sentido, Ramos, Andretta e Silva (2012) consideram ser mais adequado para o lançamento de um Repositório, uma inserção automática de metadados, a partir de uma base de dados já existente, com posterior revisão dos registros. Esta fase permitiria dar credibilidade ao projeto e, a partir daí, aos poucos, ganharia a aceitação da comunidade científica e conquistaria novos adeptos, de modo a permitir e incentivar o autoarquivamento, ou seja, a inserção de documentos por parte do próprio pesquisador. Porém, é também necessário que a instituição responsável desenvolva uma política de desenvolvimento do Repositório e divulgue-a para seus colaboradores, com o intuito de incentivar o seu uso e promover a sua expansão na comunidade (RAMOS; ANDRETTA; SILVA, 2012).

Uma possibilidade que se tem para o RIRC de fazer com que seus pesquisadores assumam e cumpram com o compromisso de inserir suas produções no repositório seria impor a sua obrigatoriedade, pois, trata-se de investimento de verba pública à pesquisa científica, a qual necessita de prestação de contas. Costa e Leite (2006) veem essa obrigatoriedade com cautela, pois afirmam que os benefícios de um repositório são mais voltados para os leitores do que para os próprios pesquisadores, embora reconheçam que a maioria das melhores universidades faz uso desta ferramenta.

Entretanto, Leite (2009) aponta diversos benefícios do repositório para o pesquisador, pois facilita o gerenciamento de sua produção científica, aumenta o número de citações de suas pesquisas, proporciona um ambiente seguro para a divulgação de trabalhos diversos (palestras, entrevistas, estudos apresentados em congressos, etc.), diminui a possibilidade de plágios (pois amplia a sua divulgação,

favorecendo o registro de autoria), dentre outros. Além disso, um repositório contribui também para o avanço de toda a comunidade científica, pois, por meio de uma gestão eficaz, promove maior visibilidade dos resultados de pesquisas, dos pesquisadores e das instituições envolvidas (LEITE, 2009).

Por este motivo, Costa e Leite (2009) afirmam que é imprescindível que os criadores e gerenciadores dos Repositórios façam o uso de pacotes estatísticos, pois podem oferecer indicadores reais de produção e desenvolvimento, além de dados estatísticos sobre a quantidade de *downloads* feitos de suas produções, o que facilitaria a compreensão, por parte dos pesquisadores, dos benefícios do acesso aberto. Além disso, a postagem da produção científica nos repositórios dá maior visibilidade aos autores e às instituições responsáveis pela gestão dos mesmos e, conseqüentemente, aqueles que mantêm seus dados atualizados têm maiores chances de serem referenciados (SWAN, 2008).

Portanto, é necessário que haja um movimento de conscientização dos pesquisadores acerca dos inúmeros benefícios que o RIRC pode proporcionar pois, embora o Repositório tenha sido acessado por mais de 114 mil pessoas, este é um número relativamente baixo, quando comparado ao potencial que este sistema pode oferecer (FERRARI, 2012). Além disso, conforme pode ser observado na coleta da presente pesquisa, menos de 10% das produções decorrentes das pesquisas financiadas pela Rede CEDES estão disponíveis no RIRC, o qual foi criado exatamente com o intuito de aglutinar os produtos destas pesquisas.

## **Considerações Finais**

A criação e manutenção de repositórios institucionais dependem de diferentes setores e áreas do conhecimento, além de uma política que contenha profissionais

atuantes na gestão e produção do conhecimento sobre o esporte e o lazer. O Repositório Institucional digital oferece o acesso aberto às pesquisas científicas acadêmicas e, por este motivo, aumenta a visibilidade da produção, além de reunir, divulgar e preservar diversos estudos em apenas um lugar.

Em linha geral, o RIRC vem dando suporte ao governo eletrônico (*e-gov*) no Brasil e tem demonstrado ser uma excelente ferramenta para a população, em especial a de professores e pesquisadores que atuam nas temáticas relacionadas ao âmbito das Políticas Públicas de esporte e lazer, pois tem possibilitado a disponibilização dos resultados das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. No entanto, além de alimentar e disponibilizar as informações, é necessário garantir a manutenção e a ampliação deste recurso de forma duradoura, pois, caso contrário, pode representar um desperdício de investimentos financeiro e de recursos humanos.

Ainda, para que esta iniciativa possa ser eficientemente utilizada, torna-se necessário que seja desenvolvida uma política de incentivo e compromisso dos pesquisadores para alimentarem adequadamente o Repositório. Somente com a contribuição de todos os atores envolvidos, pode-se protagonizar a transparência e a plenitude referentes à disseminação de informações, capazes de ampliar a relação política com a sociedade. Por fim, tornam-se necessários novos estudos, no sentido de se ampliar a eficácia da gestão das informações em sites de domínio público, com participação crítica de todas as instâncias da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria de Esporte e Lazer. Rede CEDES, **Apresentação**. 2012. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRODY; T.; HARNAD, S. **The research - impact cycle**. 2004. Disponível em: <<http://opcit.eprints.org/feb19oa/harnad-cycle.ppt>> Acesso em: 20 out. 2012.

COSTA, S. M. DE S.; LEITE, F. C. L. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In.: SAYÃO, L. et al. (Orgs.) **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.

FELIX, A.; SILVA, E. R. G. da. A gestão documental como suporte ao governo eletrônico: caso da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC). **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 36-50, 2010. Disponível em: <<http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/33641/32739>> Acesso em: 15 out. 2012.

FERRARI, R. D. **Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer**: o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC). 2012. 171 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In.: SAYÃO et al. (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-22.

PAVÃO, C. G.; SOUSA, R. S. C. de; CAREGNATO, S. E. Publicização da literatura científica através de repositórios institucionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito. **Anais...** Bonito: FEBAB, 2009, p. 1-12.

RAMOS, R. C.; ANDRETTA, P. I. S.; SILVA, E. G. Considerações acerca do processo de alimentação de repositórios através da importação de registros de bases de dados internacionais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p. 91-101, jul./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/493/pdf\\_31](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/493/pdf_31)> Acesso em: 17 jan. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSINI, C. Dez anos da iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto: a abertura como caminho a seguir. **Budapest open access initiative**, Budapeste, set., 2012. Disponível em: <http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>. Acesso em: 16 dez. 2012.

SANTIAGO, D. R. P. et al. Sugestões de implementação: proposta de modelo de relatório e catálogo de pesquisas. In.: SCHWARTZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: Balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2010, p. 143-190.

SCHWARTZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: Balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2010.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SWAN, Alma. Why open access for Brazil? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.158-171, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/279/166>>

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramentos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. In.: SCHWARTZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer**: Balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2010, p. 69-91.

VAN WESTRIENEN, G.; LYNCH, C. A. Academic Institutional Repositories – Deployment Status in 13 Nations as of Mid 2005. **D-Lib Magazine**, Arlington, v. 11, n. 9, s/n, set. 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september05/westrienen/09westrienen.html>> Acesso em: 20 nov. 2012.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa pode-se observar a importância das ações da Rede CEDES, em curso desde 2003 até o presente momento, para o avanço das políticas públicas de esporte e lazer, por meio do financiamento de projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados a diversas Universidades (públicas e particulares), as quais, atualmente, já se encontram distribuídas por todo o Brasil. No que diz respeito às temáticas desenvolvidas pelas pesquisas, foi possível identificar 9 diferentes eixos temáticos, dos quais destaca-se o eixo *Memória do esporte e do lazer*, pois foi o que apresentou maior incidência dentre as pesquisas, demonstrando a importância de se acessar, arquivar e preservar importantes documentos para a formação de novos conhecimentos.

Neste sentido, merecem destaque duas pesquisas financiadas pela Rede CEDES, das quais uma foi desenvolvida pelo LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, grupo de pesquisa cadastrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), coordenado pela professora Gisele Maria Schwartz, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias da UNESP de Rio Claro – SP, a qual constou de um balanço de todo o material produzido pela Rede até o momento da referida pesquisa e que teve seus resultados publicados em um livro. Já a outra pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), liderado pelo professor Giovani De Lorenzi Pires, a qual criou e implantou o Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC), a partir dos dados disponibilizados pela pesquisa anterior, com o intuito de facilitar tanto a divulgação como o acesso aos resultados dos estudos.

Entretanto, a partir dos resultados evidenciados na presente pesquisa, pode-se perceber que há uma lacuna entre as informações contidas nas diferentes fontes de pesquisa, demonstrando que a criação e manutenção de repositórios institucionais deve ter o envolvimento de diferentes setores e áreas do conhecimento, além de uma política

adequada à gestão e produção do conhecimento sobre o esporte e o lazer. Embora o RIRC venha dando suporte ao *e-gov* no Brasil e tenha contribuído para o avanço das políticas públicas de esporte e lazer pelo fato de aglutinar informações acerca desta temática, parece não estar sendo bem explorado pela comunidade acadêmica, pois apresenta uma defasagem muito grande de informações.

Desta forma, ainda que seja perceptível o crescimento do *e-gov* a um ritmo acelerado, inclusive no Brasil, devido aos diversos benefícios proporcionados por esta ferramenta, ainda se têm inúmeros desafios a serem vencidos para que este instrumento atenda efetivamente às necessidades de seus cidadãos, especialmente no que diz respeito à adequação da oferta de informações. Neste sentido, tornam-se necessários inúmeros ajustes na forma de disseminação das informações sobre esporte recreativo e lazer em *sítes* oficiais com acesso público, no sentido de aumentar a visibilidade, a divulgação e a transparência das ações em Políticas Públicas.

# ANEXOS

## ANEXO 1

### Comprovante de submissão do artigo “ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DO E-GOV EM DIFERENTES REALIDADES”

 [D2GE] Agradecimento pela Submissão  
De: "Administrador Revista D2GE" <egov.ufsc@gmail.com>   
Para: "Cristiane Naomi Kawaguti" <naomi\_guti@yahoo.com.br>

Cristiane Naomi Kawaguti,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS E  
POSSIBILIDADES DO E-GOV EM DIFERENTES REALIDADES" para Revista Democracia  
Digital e Governo Eletrônico. Através da interface de administração do  
sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso  
do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema  
localizado em:

URL do Manuscrito:

<http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/author/submission/34219>

Login: naomi\_guti

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais  
uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu  
trabalho.

Administrador Revista D2GE  
Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico

---

Democracia Digital e Governo Eletrônico  
<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov>

## ANEXO 2

**Comprovante de publicação do capítulo do livro “ANÁLISE DOS PROJETOS FINANCIADOS PELA REDE CEDES”**



**Capítulo II**  
**ANÁLISE DOS PROJETOS**  
**FINANCIADOS PELA REDE CEDES**

Cristiane Naomi Kawaguti

**RESUMO**

Neste capítulo, serão apresentadas informações referentes aos projetos apoiados pela Rede CEDES, desde o ano de 2003 até o atual momento. Os dados foram analisados de acordo com a sua distribuição por ano, região, áreas de conhecimento envolvidas nos projetos e as temáticas abordadas, com suas respectivas metodologias adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos. Esta análise permitiu traçar importantes reflexões no que diz respeito ao crescimento da Rede CEDES, bem como, apontar lacunas ainda existentes, as quais poderão nortear investimentos em pesquisas futuras.

**INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes aos projetos apoiados pela Rede CEDES, desde o ano de 2003 até 2010. Foram firmados 129 convênios, envolvendo 208 pesquisas, as quais mobilizaram mais de 1000 pesquisadores e tiveram o subsídio de mais de 500 auxílios financeiros em forma de bolsa, espalhadas por todo o território brasileiro. No entanto, não foi possível quantificar exatamente quantos pesquisadores estiveram envolvidos, bem como, o número de auxílios subsidiados pela Rede, pois alguns relatórios, nos quais deveriam ser inseridas essas informações, não especificavam esses dados. Da mesma forma, não foi possível identificar o montante financeiro total concedido pela Rede e os valores de contrapartida oferecidos pelas Instituições. Assim, a distribuição dos dados que constavam dos relatórios referentes aos convênios e pesquisas está ilustrada a seguir, de acordo com o ano de execução dos convênios, na **Figura 1**.

Toma-se importante esclarecer detalhes referentes a algumas terminologias envolvendo as ações da Rede, no que concerne ao financiamento das pesquisas. Serão referidos, aqui, como **convênios**, os projetos de pesquisa financiados pelo Ministério do Esporte, por meio

## ANEXO 3

**Comprovante de submissão do artigo "ACESSO PÚBLICO A INFORMAÇÕES:  
ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE A REDE CEDES EM LIVRO E EM  
SITES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE"****[I&S] Agradecimento pela Submissão**De: "Gustavo Freire" <ghafreire@gmail.com> 

Para: "Cristiane Naomi Kawaguti" &lt;naomi\_guti@yahoo.com.br&gt;

Cristiane Naomi Kawaguti,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "ACESSO PÚBLICO A INFORMAÇÕES: ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE A REDE CEDES EM LIVRO E EM SITES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE" para Informação & Sociedade: Estudos. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito:

<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/author/submission/15447>

Login: naomi\_guti

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Gustavo Freire

Informação & Sociedade: Estudos

-----  
Informação & Sociedade: Estudos

<http://www.ies.ufpb.br>

---